

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SARAH OLIVEIRA PIRES

**PRÁTICAS CULTURAIS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: UMA
PERSPECTIVA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Sarah Oliveira Pires**

Título do trabalho: **Práticas culturais e violência sexual contra mulheres: uma perspectiva analítico comportamental**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concordo com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Gardenia De Souza Furtado Lemos, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SARAH OLIVEIRA PIRES, Discente**, em 14/06/2021, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

SARAH OLIVEIRA PIRES

**PRÁTICAS CULTURAIS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: UMA
PERSPECTIVA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Gardênia de Souza Furtado Lemos

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pires, Sarah Oliveira
Práticas Culturais e Violência Sexual Contra Mulheres: Uma
Perspectiva Analítico Comportamental. [manuscrito] / Sarah Oliveira
Pires. - 2021.
LXII, 62 f.

Orientador: Profa. Dra. Gardênia de Souza Furtado Lemos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia,
2021.

Anexos.
Inclui lista de figuras.

1. Gênero. 2. Mulher. 3. Violência sexual. 4. Práticas Culturais.
5. Análise do comportamento.. I. Lemos, Gardênia de Souza
Furtado, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) oito dia(s) do mês de junho do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **“Práticas culturais e violência sexual contra mulheres: uma perspectiva analítico comportamental”**, de autoria de **Sarah Oliveira Pires**, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Professora Doutora Gardenia de Souza Furtado Lemos (orientadora), Faculdade de Educação da UFG com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Mestre Ana Terra Pires de Moraes, Instituto de Psicologia, UnB. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **10,0 (dez)**, tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Gardenia De Souza Furtado Lemos, Professor do Magistério Superior**, em 08/06/2021, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Terra Pires de Moraes, Usuário Externo**, em 08/06/2021, às 21:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2115985** e o código CRC **A4C92757**.

Me deixa perder a cabeça e ferver em ódio e reclamar desse mundo tão ridículo pras mulheres e gritar sobre as vezes em que tive que trocar de roupa pra evitar que invadissem meu corpo e que sete horas da noite já é perigoso pra voltar pra casa e que nos tratam como se estivéssemos em exposição em praça pública e nos fazem brigar entre nós por um padrão que esmaga a todas e como é possível existir um crime que se diz passional e uma série de assédios e estupros impossível ser normal me deixa enfurecer e convocar o motim.

Tudo nela brilha e queima - Rayane Leão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por me possibilitarem alcançar lugares inacessíveis a grande parte da população que partem do mesmo ponto que nós, por me darem suporte e me impulsionarem sempre pra cima. Também agradecer a minha querida irmã por sempre me apoiar e me fazer acreditar que sou capaz.

Quero agradecer do fundo do meu coração, aos meus queridos amigos, em especial aos da graduação, que fizeram desse processo uma experiência única e inesquecível, sem a ajuda deles tudo teria sido mais difícil, pois cada um com seu jeito único tornou essa caminhada mais leve.

Agradeço também a todos os educadores que fizeram parte do meu processo de ensino, a todos aqueles que compartilharam seus conhecimentos, me orientaram e inspiraram minha caminhada, pois, sem isso não seria possível chegar até aqui.

RESUMO

A violência sexual é uma problemática que perpassa anos de construção de uma sociedade machista e patriarcal, onde a mulher convive a todo momento com o medo de ser violada. Tendo isso em vista, infere-se que mesmo sem nunca ter sofrido qualquer tipo de violência dessa natureza, as mulheres modificam seus comportamentos com o intuito de evitar passar por isso algum dia. Assim, o presente trabalho objetivou explorar as práticas culturais envolvidas na violência sexual a partir da abordagem analítico comportamental, contextualizar a construção dos papéis de gênero e sua implicação para essa prática, compreender o papel da comunidade verbal no reforçamento desse tipo de violência, e também investigar o controle dessa prática sobre o comportamento das mulheres. Diante disso, foi realizado uma pesquisa direcionada apenas às mulheres, na qual foi aplicado um questionário online em 187 participantes, com perguntas relacionadas a alterações percebidas no próprio comportamento. A investigação apoiou-se em uma análise quali-quantitativa, com a utilização de estatística descritiva, em que apresentou-se as principais implicações da constante ameaça de violência sexual presente no ambiente social no comportamento das mulheres. Também discutiu-se por meio da análise do comportamento os possíveis fatores implicados nessa prática cultural. Por fim, a partir dos resultados obtidos foi possível identificar diversos comportamentos que as mulheres modelam ao longo da vida, a fim de evitar sofrer violências de cunho sexual.

Palavras-chave: Gênero; Mulher; Violência sexual; Práticas Culturais; Análise do comportamento.

ABSTRACT

Sexual violence is a problem that goes through years of construction of a macho and patriarchal society, where women live with the fear of being violated at all times. In view of this, it is inferred that even without ever having suffered any kind of violence of this nature, women modify their behavior in order to avoid experiencing it someday. Thus, this study aimed to explore the cultural practices involved in sexual violence from a behavior analytic approach, to contextualize the construction of gender roles and their implication for this practice, to understand the role of the verbal community in reinforcing this type of violence, and also to investigate the control of this practice over women's behavior. In view of this, a survey directed only to women was carried out, in which an online questionnaire was applied to 187 participants, with questions related to perceived changes in their own behavior. The research was based on a quali-quantitative analysis, using descriptive statistics, in which the main implications of the constant threat of sexual violence present in the social environment in women's behavior was presented. It was also discussed through behavior analysis the possible factors involved in this cultural practice. Finally, from the results obtained it was possible to identify several behaviors that women model throughout their lives in order to avoid suffering violence of a sexual nature.

Keywords: Gender; Women; Sexual Violence; Cultural Practices; Behavior Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1: Distribuição de participantes por estados e distrito federal	37
GRÁFICO 1: Distribuição das participantes por idade.....	38
GRÁFICO 2: Distribuição das participantes por etnia.....	39
GRÁFICO 3: Distribuição de participantes por escolaridade	40
GRÁFICO 4: Distribuição de participantes por renda familiar	41
TABELA 2: Número e proporção de respostas a comportamentos emitidos (sim) e suprimidos (não).....	42
GRÁFICO 5: Distribuição de respostas para a questão “Você já sofreu algum tipo de violência sexual?”	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	13
2	PRÁTICAS CULTURAIS E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	14
2.1	BEHAVIORISMO RADICAL E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	14
2.2	SELEÇÃO POR CONSEQUÊNCIA E DEFINIÇÃO DE CULTURA EM AC	21
2.3	AMBIENTE SOCIAL E COMUNIDADE VERBAL	23
3	MULHERES, SOCIEDADE PATRIARCAL E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	25
3.1	REFORÇO DIFERENCIAL COMO MANTENEDOR DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO	27
3.2	A LIBERDADE DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL	30
4	UMA PESQUISA SOBRE O COMPORTAMENTO DA MULHER	34
4.1	METODOLOGIA	34
4.1.1	Participantes	34
4.1.2	Procedimentos e instrumentos	35
4.1.3	Análise de dados	36
4.2	RESULTADOS	37
4.3	DISCUSSÕES	46
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
	ANEXO 1	55
	ANEXO 2	57

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002, p.148), a violência sexual é um problema de saúde pública de amplitude global. No Brasil, a quantidade de casos é alarmante, conforme o 13º Anuário de Segurança Pública divulgado no ano de 2019, foram registradas 66.041 ocorrências de estupro, desse número 53.726 vítimas são mulheres. Desde o início do estudo no ano de 2007, os números de casos de violência sexual contra a mulher vêm aumentando significativamente, chegando ao seu maior índice no ano de 2018, atingindo uma média de 147 mulheres violentadas por dia.

Ao estudar a causalidade dessa problemática, é imprescindível discutir a matriz sob a qual se deu a construção dos papéis de gênero, buscando um olhar mais profundo sobre a origem das desigualdades que se estabelece a relações entre homem e mulher, uma vez que é possível elencar essa desigualdade como uma das origens da violência sexual (BUENO et al, 2019). Esse tipo de violência na maioria dos casos é acometido por homens, contudo, esse fenômeno não está relacionado com desejo, intimidade ou sexo e sim com forma de dominação e poder constituídos a partir de uma sociedade patriarcal.

Essa relação de dominação permeia todos os âmbitos sociais, visto que essa desigualdade está atrelada a condição feminina da mulher. O estupro, assim como outras vertentes dessa violência, exerce um poderoso meio de controle sobre todas as mulheres, e um dos fatores que propiciam a violência sexual a atingir índices tão altos se encontra no nível de tolerância social (SILVA et al, 2019), em que há uma aceitação desses comportamentos abusivos engendrados no meio como parte da cultura, onde essas práticas culturais oprimem, diminuem e objetificam as mulheres.

A forma como a corpo social se coloca frente a problemática da violência sexual, é fruto de uma percepção quase que conformista dos comportamentos violentos e de controle do homem sobre a mulher. É preciso desmistificar essas práticas para tentar fazer da sociedade um ambiente menos hostil, principalmente para as mulheres que é o grupo mais afetado, por isso é preciso pesquisar, mapear, entender e debater o fenômeno para só então podermos falar sobre seu combate. É a partir do investimento de recursos e esforços em estudos sobre o tema que a população, autoridades, iniciativas públicas e privadas podem tomar conhecimento, e despertar consciência para a dimensão do problema e a importância de se pensar medidas para combatê-lo.

Diante dessa realidade, a Psicologia contribui para a compreensão de fenômenos que envolvem o comportamento humano, tendo como responsabilidade social pensar formas de

prevenção dessas práticas abusivas, bem como atenuar e reparar os impactos causados nas vítimas. A Psicologia parte de diferentes visões de mundo para embasar seus estudos, a Análise do Comportamento surge então, como uma maneira de estudar o objeto da Psicologia, sendo fundamentada pela filosofia do Behaviorismo Radical (TODOROV; HANNA, 2010).

A vista disso, notou-se que existem muitos trabalhos sobre violência contra mulher no âmbito da Psicologia, contudo, faltam estudos que discutam sobre os fatores culturais implicados na violência sexual por uma perspectiva analítico comportamental. A Análise do Comportamento, para além de ser um modo de estudar um objeto da Psicologia, pode ser também um meio de transformar a sociedade contribuindo para práticas sociais mais justas e menos opressivas.

Sendo assim, o presente trabalho entende a importância de abordar essa temática sob uma perspectiva que se pautar não somente na teoria, mas busque apreender também por meio das pessoas que mais sofrem com essa problemática, que são as mulheres. A hipótese aqui trabalhada será de que, a constante presença da violência nos contextos sociais, faz com que as mulheres modifiquem determinados comportamentos como consequência do medo e, também, como forma de evitar se tornar uma vítima de violências dessa natureza. O foco deste estudo é, acima de tudo, demonstrar como a vida e o cotidiano desse grupo é afetado negativamente por práticas culturais naturalizadas, que tornam a sociedade um ambiente extremamente hostil para todas as mulheres.

1.1 OBJETIVOS

Compreender à luz da Análise do Comportamento se as mulheres modificam seus comportamentos a fim de lidar com a constante ameaça da violência sexual existente na sociedade, que geralmente tolera e valida práticas abusivas e de controle do homem sobre a mulher.

- Contextualizar a violência sexual como violência de gênero;
- Analisar tais práticas culturais pelo viés da Análise do Comportamento;
- Contextualizar o papel da comunidade verbal no reforçamento da violência sexual;
- Conhecer vivências de violência sexual em mulheres e possíveis mudanças comportamentais a essas relacionadas.

2 PRÁTICAS CULTURAIS E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Neste capítulo serão apresentados conceitos fundamentais que vão sustentar teoricamente essa investigação. A ótica escolhida para dar sustentação teórica a essa pesquisa foi a analítico comportamental, que tem como base filosófica o Behaviorismo Radical. Sendo a análise do comportamento uma abordagem psicológica que busca compreender o ser humano a partir de sua interação com o ambiente, acredita-se que suas contribuições possibilitam práticas sociais mais justas e menos opressivas. Para tanto, esse capítulo remontará aos primórdios da discussão sobre os objetos de estudo da psicologia, passando pela estruturação da análise do comportamento. Serão trabalhados também, termos basilares dessa teoria como contingência, comportamento operante e reforço, poder adentrar na concepção de práticas culturais que é o ponto principal desse capítulo e será crucial para o desenvolvimento do presente trabalho.

Dito isso, é importante regressar à psicologia vigente em meados do século XIX, que era considerada uma ciência que lidava com questões relacionadas à *psyche*. Nessa época, era bastante comum descrever a psicologia como “ciência da mente”, assim, para estudá-la foi proposto a adoção de um método tradicional da filosofia, a introspecção (BAUM, 2006). Esse método era compreendido pelo ato do indivíduo analisar seus próprios estados mentais, reconhecendo-os e tomando consciência deles.

2.1 BEHAVIORISMO RADICAL E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

De acordo com Shultz e Shultz (2013), o método introspectivo em psicologia se inicia com Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920), que tinha como foco utilizar métodos experimentais das ciências naturais, adaptando-os para a elaboração de uma nova psicologia. Wundt é considerado o pai da psicologia moderna, e o ano de 1879 foi um marco importante nesse processo, pois, foi fundado o laboratório de psicologia experimental, criando a nova psicologia experimental, que buscava descrever de modo científico como se estabelecia a relação entre corpo e mente. Wundt também é o responsável por fundar essa nova psicologia como disciplina acadêmica formal (SCHULTZ; SCHULTZ, 2013).

A psicologia de Wundt era descrita por ele como uma ciência da experiência consciente, portanto, o método dessa psicologia estava pautado na observação dessa experiência, que já citado anteriormente, denominava-se introspecção. O objetivo do método introspectivo nessa nova psicologia consistia em uma forma de observação e descrição do conteúdo do próprio

estado mental. Para Wundt, a formação da consciência se dava a partir das experiências básicas, seu intuito era estudar a mente da mesma forma que se estudava um objeto das ciências naturais, decompondo até chegar a compreender todos os elementos ou partes que o compunham. Para ele, a consciência era a organizadora dos conteúdos mentais, sendo assim, a análise desses elementos da estrutura da consciência possibilitaria o começo da compreensão dos processos psicológicos (SCHULTZ; SCHULTZ, 2013).

Na percepção de Wundt, os psicólogos deveriam se ater ao estudo da experiência imediata, e não mediata. A experiência imediata está relacionada aos processos conscientes subjetivos do sujeito que vivencia, e em oposição, está a experiência mediata que está ligada a realidade do conteúdo objetivo sem ser perpassado pela experiência do sujeito. A experiência mediata deveria ficar a cargo das Ciências Naturais, uma vez que esta, não sofre interferências de interpretações pessoais. Sua psicologia como uma ciência da experiência consciente, envolvia a observação dessas experiências, no qual somente a própria pessoa seria capaz de observá-la, utilizando-se do método de introspecção para isso (SCHULTZ; SCHULTZ, 2013). Outros grandes estudiosos como Titchener (1867-1927), Kulpe (1892-1915) e Brentano (1838-1917) desenvolveram teorias a partir das proposições de Wundt, que tinham como objeto de estudo a consciência, tamanha foi sua influência para a psicologia da época e também para o rumo da história da psicologia moderna.

Schultz e Schultz (2013), expõem que por volta da segunda década do século XX houve um momento de profunda reformulação da ciência. Apesar da teoria de Wundt ser vista como inovadora, já não existia mais consenso entre psicólogos acerca do valor da introspecção. Um dos principais questionamentos acerca dessa teoria estava pautado no modo de coletar os dados, visto que a introspecção feita por diferentes observadores poderia obter resultados distintos, assim, não sendo possível definir um resultado correto por depender de meios subjetivos. Segundo Baum (2006), não havia muita confiabilidade nesse método em virtude da suscetibilidade das distorções pessoais, também não era possível sua replicação em laboratório para o processo de verificação, diferente de outras ciências da época que se utilizavam de métodos objetivos para explicar seus objetos de estudo.

Em 1913 houve uma grande ruptura com a psicologia introspectiva. Esse movimento de ruptura ficou conhecido como behaviorismo, que tinha como premissa uma psicologia científica voltada para o estudo de comportamentos observáveis e passíveis de descrição objetiva. O Behaviorismo se estabelece em oposição a teorias que tinham como objeto de estudo a mente ou a consciência, pois, de acordo com sua premissa, não seria possível estudar a mente por ser algo inacessível.

No ano de 1913, John Broadus Watson (1878-1958) rompe com o fazer psicológico estabelecido até então e publica um artigo intitulado “Psychology As The Behaviorist Views It”, que ficaria conhecido como o manifesto behaviorista, dando um novo o rumo da história da psicologia. Na obra, ele evidencia sua discordância com o modelo de psicologia concebido como ciência da consciência, que seria pouco confiável e pautada em especulações sem fundamento (BAUM, 2006). Watson, externou insatisfação com relação à introspecção, porque, para ele, a psicologia não precisava da consciência, da alma ou da mente da mesma forma que outras ciências como a física e a química também não precisavam. Assim, ele apresenta outro objeto de estudo a ser adotado, rompendo com o fazer psicológico estabelecido até então, pois de acordo com ele:

A psicologia humana falhou em cumprir sua reivindicação como uma ciência natural. Devido a uma noção errônea de que seus campos de fatos são os fenômenos conscientes e que introspecção é o único método direto de averiguar esses fatos, ela emaranhou-se em uma série de questões especulativas as quais, enquanto fundamentais para seus princípios atuais, não são abertas para o tratamento experimental. Na busca pelas respostas a essas questões, ela se tornou mais e mais afastada do contato com os problemas os quais dizem respeito vitalmente ao interesse humano. (WATSON, 2008, p. 300).

A proposta de Watson não foi recebida de forma unânime entre psicólogos e cientistas da época, ainda que grande parte apresentasse interesse por sua tese, houve uma forte rejeição por parte de outros. Até mesmo entre os behavioristas houve um questionamento acerca de suas postulações, um dos motivos se encontrava no fato de que não havia uma definição exata do que eles chamavam de comportamento, deixando o termo livre para interpretações, causando divergências ao longo dos anos entre a comunidade científica (BAUM, 2006).

Após a publicação do manifesto behaviorista, leva um tempo até mudanças significativas serem estabelecidas no campo da psicologia. Por Watson propor de forma clara uma teoria que era condizente com as exigências da época, sua teoria ganha corpo e por volta de 1924, já se encontra bem difundida no território norte americano. Dessa forma, o objeto de estudo dessa psicologia passa a ser o comportamento dos organismos, ao qual, não seria mais utilizado termos relacionados à mente e à consciência, evitando os problemas relativos à subjetividade, que era uma das principais críticas direcionadas ao método introspectivo (BAUM, 2006).

O Behaviorismo, então, é fundado por Watson a partir dessa nova proposição de fazer da psicologia uma ciência geral do comportamento. Nesse sentido, é importante frisar que Watson não nega a existência do mundo mental, mas a ignora por acreditar que assim seria melhor para fazer uma ciência natural, como citado anteriormente, ele acreditava que não era

necessário levar em consideração a consciência ou a mente para o estudo da conduta. Contudo, essa nova proposta não se isenta de problemas, pois ao assumir que eventos mentais existem, mas não são passíveis de análise científica, ignorando aquilo que tradicionalmente foi considerado como o campo de estudo legítimo da psicologia, acaba impossibilitando a explicação da atividade humana como um todo, posta como a maior reivindicação do behaviorismo watsoniano (STRAPASSON; CARRARA, 2008).

Após Watson, outros behaviorismos foram desenvolvidos, um dos que se destacaram foi o do estudioso Burrhus Frederic Skinner (1904-1990). Suas proposições revelam uma reformulação das ideias de Watson, pois ainda que ambos tomassem o comportamento como objeto de estudo, Skinner apresenta uma nova perspectiva, no qual expõe uma teoria mais sistematizada de como chegar a uma ciência do comportamento de maneira científica, diferentemente de outros behavioristas que se pautavam nas ciências naturais.

Skinner, ao tecer críticas ao behaviorismo de Watson, classifica-o como behaviorismo metodológico, isso porque, de acordo com ele havia uma priorização do método em contraposição ao objeto de estudo, quer dizer que, para essa abordagem, os aspectos epistemológicos deveriam ser definidos previamente para que só assim fosse determinado o objeto a ser estudado (STRAPASSON; CARRARA, 2008). Na opinião de Skinner, o principal problema do behaviorismo metodológico se encontrava na manutenção dos processos mentais ao mesmo tempo que não os considerava como objeto de estudo, demonstrando uma dualidade fortemente contestada por ele (STRAPASSON; CARRARA, 2008). Para o behaviorismo metodológico, existia uma separação entre corpo e mente, isto significa que, os eventos observáveis eram de origem diferente dos eventos inobserváveis (BAUM, 2006).

Skinner ao elaborar a sua teoria, rompe então, com essa forma dicotomizada de pensar o ser humano, nomeando seu posicionamento de behaviorismo radical, remetendo à ideia de buscar na raiz, ou seja, buscar a origem do comportamento estabelecida na interação com o ambiente (BAUM, 2006). Bem como nas palavras de Strapasson e Carrara (2014), “(...) É ao tratar dos aspectos filosóficos e lógicos referentes à privacidade enquanto questões comportamentais relacionadas ao “uso de termos mentais” que Skinner “radicaliza” seu behaviorismo” (p. 111).

Assim, Skinner define o Behaviorismo Radical como a filosofia da ciência do comportamento, a Análise do comportamento é então, uma abordagem psicológica fundamentada por essa filosofia. Essa teoria coloca em pauta principalmente o papel dos eventos introspectivos na determinação do comportamento do indivíduo, segundo ele:

A introspecção não podia ser aceita na prática científica, e a psicologia de gente como Wilhelm Wundt e Eduard B. Titchener era atacada por isso. O behaviorismo radical, todavia, adota uma linha diferente. Não nega a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado e, portanto, conhecido. Restaura a introspecção, mas não aquilo que os filósofos e os psicólogos introspectivos acreditavam “esperar”, e suscita o problema de quanto do nosso corpo podemos realmente observar. (SKINNER, 1974, p. 18-19).

Partindo dessas considerações, fica explícito que Skinner não nega a existência de sensações, pensamentos e sentimentos, contudo, afirma que esses, não podem servir de explicação para o comportamento humano, uma vez que também são comportamentos. O comportamento aqui é entendido como variável dependente, sendo parte da interação entre o organismo e o ambiente. Devido ao descompasso com a premissa mentalista, Skinner desenvolve cada vez mais sua teoria, buscando responder essas inquietações.

Em um primeiro momento, Skinner (1935) procurou estabelecer os comportamentos a partir de duas formas de reflexo, onde a resposta aconteceria como consequência de um estímulo. Porém, essa concepção se mostrou insatisfatória para explicar a dimensão e complexidade do comportamento humano (SKINNER, 1935 *apud* FONTANA, 2019). Com o intuito de complementar os fundamentos da Análise do Comportamento, ele se apoia na teoria da seleção natural sistematizada por Charles Robert Darwin (1809-1882) como um conhecimento equivalente, para uma melhor compreensão do comportamento humano. Conforme Darwin, é o ambiente que seleciona as características das espécies, pois a espécie que tiver os elementos que promovem uma melhor adaptação ao ambiente garante sua sobrevivência e reprodução, perpetuando a espécie. Para Skinner (2003), o comportamento do indivíduo é estabelecido de forma correlata ao selecionismo visto que, a modificação no comportamento do indivíduo é selecionada de acordo com as consequências do ambiente.

Tendo isso em vista, o modelo de explicação da Análise do Comportamento é a seleção por consequências, que busca compreender o comportamento humano como resultado de três níveis de seleção (SKINNER, 2007), em primeiro nível é o filogenético, relacionado às características biológicas determinadas por meio da seleção natural, o segundo nível é o ontogenético, que são os comportamentos definidos pelas consequências ao longo da vida e que fazem parte do repertório de um indivíduo, e por último, tem-se o nível cultural, tido como o conjunto de práticas selecionadas que possibilita a sobrevivência de determinados grupos, e que será o foco principal da presente pesquisa.

No Behaviorismo Radical, a explicação para todo e qualquer comportamento se encontram no ambiente em que os indivíduos vivem, sendo assim, é através do repertório

adquirido durante a vida do sujeito na relação com o ambiente, que será encontrado as variáveis de controle. A partir da análise dessas relações será possível definir os fatores que determinam os comportamentos, podendo ser previstos e até controlados (SKINNER, 2003). Ao defender essa ideia, Skinner desfaz a concepção de que há uma mente (metafísico) e um corpo (físico) de naturezas diferentes, pois para ele, todo comportamento, ainda que não fosse passível de observação direta, poderia e deveria ser explicado da mesma maneira, isto é, como resultado da interação do indivíduo com o mundo externo.

O Behaviorismo de Skinner ao negar eventos ditos mentais (sentimentos, ideias, sensações), apenas rejeita a concepção de que esses eventos sejam a causa para o comportamento, como entidades existentes de maneira a parte (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). Em suas críticas, ele defende que o mentalismo apenas oferece uma aparente explicação, fazendo com que haja um distanciamento dos acontecimentos externos antecedentes que seriam a verdadeira fonte de explicação do comportamento (SKINNER, 2003). Baum (2006), demonstra que para além de não conseguir justificar aquilo que se propõe, essa prática apresenta explicações redundantes quando atribuem a uma entidade fictícia a causa do comportamento, e este é dado como consequência da entidade inferida:

Quando se diz que uma pessoa come verdura pelo desejo de manter-se saudável ou por sua crença no vegetarianismo, essa descrição se origina antes de tudo da observação do comportamento de comer verduras; portanto, a razão para se dizer que há um desejo ou uma crença é a atividade. Essa “explicação” é inteiramente circular: a pessoa tem o desejo por causa do seu comportamento, e exibe o comportamento por causa do desejo. A explicação não nos leva além da observação original [...]. (BAUM, 2006, p. 54).

Conforme Baum (2006), o problema ao utilizar o mentalismo para justificar o comportamento, é que ao fazer isso, supõe-se que exista um mundo “dentro” e “fora” do sujeito, no qual o eu real que existe internamente, controla o corpo externo. Ao assumir essa premissa, admite-se que o comportamento exterior é exclusivamente resultado do comportamento de um eu interior, que é independente.

Para trabalhar melhor a concepção de comportamento, Skinner no ano de 1945, em seu trabalho “The operational analysis of psychological terms”, introduz o conceito de eventos privados, em que pretendia discriminar estímulos e respostas que não podiam ser observáveis publicamente (podendo ser observáveis apenas pelo próprio sujeito), dos estímulos e respostas passíveis de observação pública. Esse conceito foi estabelecido para analisar os denominados termos psicológicos (TOURINHO, 2007). Isso reforça a ideia do autor de que não havia necessidade de usar elementos metafísicos para explicar o comportamento, e é a partir dessa

conceituação que outros analistas começam a denominar comportamentos ditos subjetivos (pensamentos, sentimentos, emoções, sensações) como eventos privados.

Para o Behaviorismo Radical, a separação entre público-privado não era posta como relevante, já que, a diferença crucial se encontrava apenas no número de pessoas que podiam relatá-los (BAUM, 2006). Dessa forma, Skinner defendia que tanto eventos privados quanto eventos públicos precisavam ter a mesma premissa ao serem explicados. Tourinho (2007), salienta que ao falar de eventos que são acessíveis ou inacessíveis à observação pública, não se trata de eventos comportamentais complexos, mas sim de processos de estímulos e respostas:

Quando falamos, por exemplo, do comportamento de ler silenciosamente, dizemos que ele pode ser público ou privado, mas isso só será válido se por comportamento entendemos resposta. A resposta de ler silenciosamente pode ser privada; já o ler silenciosamente como relação comportamental não pode ser privado, pois ainda que a resposta seja inobservável estará sob controle de estímulos acessíveis à observação. (TOURINHO, 2007, p. 3-4).

Ainda nesse âmbito, de acordo com Simonassi, Tourinho e Silva (2001), essa impossibilidade de ter acesso a um evento privado, pode ser algo circunstancial, uma vez que esses eventos podem ser tornados públicos através do relato do sujeito, que é produzido por contingências fornecidas pela comunidade verbal. Por contingência entende-se qualquer relação de dependência entre eventos ambientais ou eventos comportamentais e ambientais (SKINNER, 2003). Portanto, eventos privados não devem ser relacionados com eventos que remetem ao mundo interior, tomado como algo metafísico que independe do comportamento, e que tem autonomia para determinar este. Ao elaborar essa concepção de evento privado, Skinner estabelece para a análise do comportamento humano uma visão externalista e anti-mentalista (SIMONASSI; TOURINHO; SILVA, 2001).

Como dito anteriormente, para Skinner a explicação do comportamento se encontra nos fatores filogenéticos, ontogenéticos e culturais. Em outras palavras, o comportamento é multideterminado por esses fatores, ademais, são as contingências operantes vivenciadas anteriormente pelo sujeito que selecionam os comportamentos.

2.2 SELEÇÃO POR CONSEQUÊNCIA E DEFINIÇÃO DE CULTURA EM AC

Diante das considerações tecidas anteriormente, considera-se que para compreender o comportamento humano é preciso que ele seja lido como resultado da inter-relação entre três níveis de seleção: a história evolutiva da espécie (filogênese), a história comportamental do sujeito (ontogênese) e da história cultural do grupo que o indivíduo.

Segundo Skinner (2007) esses três níveis de seleção são definidos como seleção por consequências, e é um modelo causal, que aborda um tipo de relação de dependência entre eventos. No primeiro nível do modelo explicativo, está a filogênese, reconhecida inicialmente no selecionismo de Darwin. Na história da seleção natural, a reprodução foi a primeira consequência causal que viabilizou a origem e evolução das espécies, levando isso em conta, Skinner (2007) explica que:

A reprodução sob uma ampla gama de condições tornou-se possível com a evolução de dois processos por meio dos quais organismos individuais adquiriam comportamentos apropriados a novos ambientes. Por meio do condicionamento respondente (pavloviano), respostas previamente preparadas pela seleção natural poderiam ficar sob o controle de novos estímulos. Por meio do condicionamento operante, novas respostas poderiam ser fortalecidas (“reforçadas”) por eventos que imediatamente as seguissem. (p. 129-130).

Ou seja, ao longo da história filogenética, os organismos aprendem a emitir respostas automáticas, de herança genética a depender do ambiente para garantir a sobrevivência. Com as mudanças constantes no ambiente os organismos desenvolvem a capacidade de reagir de modo diferente a novos estímulos. O condicionamento respondente é uma forma de aprendizagem por meio do processo de emparelhamento, a qual um estímulo que antes não eliciava determinada resposta passa a eliciar uma resposta reflexa. A alteração no ambiente que provoca o respondente é denominada estímulo eliciador (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Nesse sentido, os eventos consequentes ao comportamento serviram como fator de seleção, dando origem ao segundo nível de seleção por consequência conhecida como condicionamento operante. Nas palavras de Leão e Carvalho Neto (2016) “A evolução desse processo, paralelo ao condicionamento respondente, possibilitou aos organismos adquirirem comportamentos apropriados às condições ambientais relativamente instáveis, e consequentemente, a reprodução diante de tais condições” (p. 4). No comportamento operante a aprendizagem acontece em função das consequências, quer dizer, a resposta emitida pelo organismo produz mudanças no ambiente e é afetado por elas. À medida que essa evolução e adaptação ao ambiente acontecem, as espécies não precisam mais depender de um repertório

inato, pois, adquirem comportamentos adequados ao meio, isto é, o condicionamento operante passa a ocupar o lugar da seleção natural do comportamento (SKINNER, 2007).

O terceiro nível de seleção presente no modelo explicativo de Skinner, é o cultural. Quando há a existência de membros de uma mesma espécie no ambiente, a aprendizagem passa a se estabelecer através de comportamentos já obtidos por outros, e o repertório inato passa a ser suplementado pela imitação (SKINNER, 2007), assim, da mesma forma que as contingências de reforçamento modelam o comportamento do organismo, provavelmente irá afetar outro organismo que se comportar de modo igual. Essa prática de aprendizagem se desenvolveu ainda mais com a evolução da musculatura vocal, que possibilitou a espécie humana ser mais sociável, facilitando a aprendizagem por meio dos conhecimentos já adquiridos por outros membros. Skinner (2007) ressalta que quando o indivíduo passa por um processo de aprendizagem onde o comportamento emitido é reforçado por suas consequências, há um desenvolvimento do ambiente social, contudo, isso só acontece “[...] quando práticas que se originam dessa maneira contribuem para o sucesso de um grupo praticante em solucionar os problemas. É o efeito sobre o grupo e não as consequências reforçadoras para seus membros, o responsável pela evolução cultural” (p. 131).

À vista disso, a concepção de cultura para Skinner (2003) é definida como o conjunto de contingências em que o sujeito nasce, se desenvolve e vive, e conseqüentemente tem seu comportamento modelado. Baum (2006) descreve a cultura como o comportamento aprendido que foi compartilhado entre as pessoas que fazem parte do mesmo ambiente, ou seja, para que haja uma cultura é necessário a existência de um ambiente social para que seja possível a aprendizagem por meio do outro.

Na perspectiva de Baum (2006), a cultura evolui de forma análoga à modelagem do comportamento operante e à evolução genética, onde o foco é a variação associada com a transmissão seletiva dos replicadores, sendo esses a unidade de seleção que irá possibilitar o desenvolvimento dessa cultura, segundo ele “Um replicador é qualquer entidade que promove a produção de cópias de si mesma” (p. 281). Ao transmitir o comportamento de um membro do grupo a outro, se estabelece o processo de replicação, podendo acontecer por imitação, ou por regras. Dessa forma, as práticas culturais são o conjunto de traços de uma sociedade que são replicados estabelecendo a cultura. A permanência e a frequência dessas práticas culturais na sociedade vão depender então, dos reforçadores sociais (BAUM, 2006).

2.3 AMBIENTE SOCIAL E COMUNIDADE VERBAL

Como já abordado anteriormente, a premissa para que seja possível o estabelecimento de uma cultura, está na existência de uma sociedade. Um agrupamento somente, não poderia ser considerado uma sociedade, uma vez que para isso é necessário que os indivíduos busquem se comportar de forma a beneficiar não só a si, mas também ao outro. Outra premissa abordada por Baum (2006), está na capacidade de ensinamento e também de aprendizagem entre os membros do grupo, pois é desse modo que os traços culturais são transmitidos através de gerações.

Dentro desse contexto, Baum (2006) explica que uma das exigências para considerar que um comportamento aprendido foi passado para o indivíduo através do grupo, por meio do ensino, seria o reforço social.

Os reforçadores sociais são cruciais na distinção de uma cultura somente pautada na imitação, de uma cultura plena. Ainda que a imitação seja um processo importante para a cultura, é por meio da aprendizagem que a cultura realmente se desenvolve.

Em uma cultura só por imitação, o comportamento de outros membros do grupo serve apenas como um estímulo ou contexto indutor. As consequências do comportamento imitado [...] se originam a partir de aspectos não-sociais do ambiente do indivíduo [...]. No ensino, entretanto, dois indivíduos têm uma relação; o reforço para o comportamento do aprendiz é programado pelo instrutor e, normalmente, pelo menos alguns dos reforçadores partem dele. Tais relações de reforço social empurram a cultura humana muito além das possibilidades da cultura só por imitação. (BAUM, 2006, p. 266).

O comportamento ao produzir consequências, também é controlado por elas. Nesse processo, as consequências tornam menos ou mais provável que um comportamento volte a acontecer. O reforço nessa perspectiva refere-se às consequências que são responsáveis pelo aumento da ocorrência do comportamento, não obstante, quando a consequência diminui a probabilidade do comportamento voltar a ocorrer, esse evento é denominado de punição (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). Nesse processo, a imitação é uma base importante para o aprendizado operante, pois é a partir dela que haverá possibilidade de atingir formas mais evoluídas do comportamento por meio do reforçamento ou da punição. Desse modo, é dentro da cultura que estão as ações de reforçamento ou punição que são determinadas pelos membros do grupo, isso quer dizer que, para entender um determinado conjunto de práticas culturais, primeiramente é necessário conhecer como se dão essas relações para essas pessoas. Com isso, entende-se que o reforço é algo fundamental para a cultura, visto que, é ele que modela os

comportamentos que são julgados como adequados ou não para permanecer nesse ambiente (SKINNER, 2006).

Segundo Skinner (2007) seleção cultural, tem como alicerce o comportamento verbal (SKINNER, 2007). Considerando isso, Baum (2006) acrescenta que o comportamento verbal é operante, ou seja, é definido pelas consequências que gera em seu contexto, ao mesmo tempo que é modelado por elas. Conforme o autor, esse comportamento se inicia na imitação, uma vez que dependem da mediação do outro para acontecer, e ao longo do tempo acaba sendo modelado pelas consequências, logo, são resultados do reforço social. O comportamento verbal depende da existência de uma comunidade que ouve e reforça o que um indivíduo diz (BAUM, 2006).

Portanto, o comportamento verbal é a principal forma de compartilhamento de conhecimentos entre os indivíduos de uma sociedade. Um dos meios de reprodução desses conhecimentos construídos socialmente, se dá por intermédio de regras, que determina a forma como os membros do grupo deve portar-se dentro da cultura que se está inserido. Conforme Baum (2006), os indivíduos formulam e seguem regras. Essas regras, são estímulos discriminativos verbais que indicam uma relação de reforço, ou seja, é estabelecido pelo comportamento e sua consequência. Nesse sentido:

Dizer que um comportamento é “controlado” por uma regra é dizer que está sob controle do estímulo regra, e que a regra é um certo tipo de estímulo discriminativo – um estímulo discriminativo verbal. Quando meu pai dizia, *Você tem que estar em casa até as 6 horas para jantar*, essa era uma regra que controlava meu comportamento porque as consequências de chegar atrasado eram bem desagradáveis. A regra pode ser tanto escrita quanto falada. Uma placa de “Não Fume” dentro de um elevador é um estímulo discriminativo verbal, e a pessoa que afixou a placa é o falante porque parte do reforço por afixar a placa é o efeito sobre os que lêem (ouvintes). (BAUM, 2006, p.165).

Baum (2006), explica que formular e seguir regras são atividades importantes tanto para a vida como para a cultura, pois, grande parte dos comportamentos aprendidos são governados por regras. Dito isso, depreende-se a importância do papel da comunidade verbal na transmissão e manutenção de comportamentos e relações comportamentais estabelecidas pelos membros do grupo, ou seja, é através da história de reforço por uma comunidade de falantes e ouvintes que as práticas culturais se consolidam. Assim, é possível identificar na sociedade a manutenção de comportamentos sexualmente abusivos contra a mulher pela comunidade verbal, pois há um histórico de reforço por parte dos membros que consolidam essa prática cultural.

3 MULHERES, SOCIEDADE PATRIARCAL E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

O atual capítulo busca contextualizar a prática cultural da violência sexual contra mulheres na sociedade, compreendendo violências dessa natureza como decorrente de uma desigualdade de tratamento entre homens e mulheres, que tem como base a imposição de papéis de gênero construído socialmente. Apresenta-se também nesse capítulo a função da comunidade verbal na manutenção desse tipo de prática cultural violenta e abusiva.

A violência sexual afeta milhares de mulheres todos os anos, trazendo várias consequências para a saúde física, psicológica, sexual, física e reprodutiva desse grupo. Mesmo mulheres que não foram afetadas diretamente pela violência sexual sofrem as consequências de ter que conviver com a constante presença desse fenômeno social.

O presente estudo buscou se ater a concepção de violência sexual estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visto que é interessante delimitar esse conceito uma vez que, existem diversas outras formas de coação a qual a mulher é acometida, tal como violência doméstica e feminicídio. De acordo com a OMS, violência sexual é entendida como:

Qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. (OMS, 2002, p. 147).

Com o propósito de investigar de maneira mais detalhada acerca desse fenômeno social e evidenciar a importância do debate sobre a violência contra a mulher, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) tem se dedicado ao mapeamento dos índices de violências que acontecem pelo país, entre elas, os tipos de violência direcionados às mulheres (BUENO et al, 2019). O FBSP (2018) é uma organização não governamental de espaço permanente de debates e articulação, que tem trabalhado diversos dados acerca de temáticas referentes à segurança pública. Todos os anos, essa organização expõe a partir da compilação de dados dos registros policiais de estupro de todo país, o grande quantitativo de ocorrências de violência sexual que chegam as autoridades. O *Anuário brasileiro de segurança pública* de 2018, revela inúmeros casos de violência sexual, chegando a atingir uma média de 180 estupros por dia, onde geralmente mais da metade das vítimas são do sexo feminino. Outra forma de registro que tem ajudado a divulgar os elevados números de agressão sexual, é o Sistema de Notificação de Agravos do Ministério da Saúde (SINAN). Essa base de dados é alimentada por notificações e investigações de profissionais da área de saúde

sobre os vários tipos de doenças e agravos que constam na lista nacional de doenças de notificação compulsória, o que inclui violência sexual, tanto nos setores público, quanto no privado (FREITAS; MORAIS 2019), contudo, esses dois sistemas sofrem de um mesmo problema que são as subnotificações.

Apesar da importância das ferramentas de denúncia citadas acima, que possibilitam uma visão ampla acerca dessas questões, o quantitativo de denúncias apresentado não revela o número real de mulheres submetidas a esse tipo de violência, pois, esses sistemas apenas repassam os números de casos que chegaram a essas instâncias. É imprescindível destacar que existe uma grande quantidade de subnotificações relacionadas aos crimes sexuais, ou seja, não há contabilização dos casos que aconteceram, e que por algum motivo não foram denunciados. Isso acontece em decorrência de vários motivos, entre eles está a culpabilização da vítima que ocorre na maioria dos casos, o medo tanto de exposição quanto de retaliação por parte do agressor, descrédito nas instituições de justiça e receio de descaso com relação à denúncia, entre outras questões (BUENO et. al, 2019).

Ao falar do estupro, estamos abordando o nível mais extremo da violência sexual, entretanto, existem diversas outras formas de abusos que são recorrentes na vida das mulheres, e que atravessam seu cotidiano. O modo como esse cenário se constitui, diz muito como a sociedade lida com violências dessa natureza. A alta incidência de assédio contra mulheres em espaços públicos, revelada pela pesquisa *Chega de Fiu Fiu* é um exemplo que indica o caráter sistêmico desse tipo de violência, apontando também uma normalização desses comportamentos abusivos no meio social. A pesquisa realizada pelo Think Olga com 7762 mulheres brasileiras, revela que 99,6% das entrevistadas afirmam ter sofrido algum tipo de assédio em espaços públicos.

É relevante mencionar que a sociedade ainda tem tratado com descaso casos de violência sexual como o assédio e o estupro, essa prática ainda é naturalizada socialmente, no qual se dá pouca importância ou nenhuma, uma vez que essa problemática se tornou comum no dia a dia. Para Moraes e Freitas (2019), isso se deve em grande parte às crenças e valores estabelecidos e transmitidos pela cultura, que legitimam a violência sexual. Ainda existe no meio social uma moral conservadora que culpabiliza a vítima pela violência sofrida, que é consequência de um olhar retrógrado e machista do que deveria ser o comportamento feminino (BUENO et al, 2019).

Alguns estudos que abordam essa temática, tem ajudado a compreender como a aceitação de mitos e inverdades que se criam acerca dessa violação, tem consequências na sociedade e na vida dos indivíduos. Martins, Machado, Abrunhosa & Manita (2012),

elaboraram um questionário denominado *Escala de Crenças sobre Violência Sexual*, com o intuito de definir o grau de tolerância das pessoas quanto ao uso de coação sexual. Os resultados ajudam também a elucidar quais atitudes e crenças estão ligadas a violência sexual. O estudo foi aplicado em estudantes do ensino superior na zona de Portugal continental, e de acordo com a pesquisa foi possível identificar que mitos como “Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua [dela], se for vítima de uma agressão sexual” ou “Uma queixa de violação feita dias após o ato, provavelmente, não é verdadeira”, ainda são latentes no corpo social, levando a legitimação ou a minimização de violências de cunho sexual.

Outrossim, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou uma pesquisa nacional no ano de 2014, que demonstra o nível de tolerância da população brasileira em relação a violência contra as mulheres. Conforme aos dados apresentados, a pesquisa revelou que apesar das pessoas reconhecerem outras formas de violência para além da violência física, quando se trata da violência sexual, uma porcentagem considerável da população tende culpabilizar a mulher por sofrer esse tipo de abuso, seja por usar “roupas provocantes”, seja por não se comportar “adequadamente”. Segundo o estudo:

Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, com as mulheres ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado, na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual. (IPEA, 2014, p. 4).

Os estudos citados ajudam a estabelecer uma breve noção sobre a situação da mulher na sociedade, e, principalmente, qual o papel da comunidade na permanência de comportamentos que inferiorizam e objetificam a mulher, com isso, é importante entender brevemente aspectos históricos do processo de subjugação feminina.

3.1 REFORÇO DIFERENCIAL COMO MANTENEDOR DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Heleieth Saffioti (2004), defende que a violência contra a mulher é consequência do patriarcado, que é entendido como uma forma de organização e de dominação pautada na exploração dos homens sobre as mulheres. A autora descreve que “o patriarcado não abrange somente a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (2004, p. 47), desse modo, essa relação de poder está imbricada na cultura e nas práticas culturais. Para conseguir estabelecer

uma relação entre o fenômeno da violência sexual com dominação masculina, é importante explicar como a comunidade verbal se comporta diferencialmente em relação aos indivíduos de acordo com seu sexo biológico, produzindo repertórios específicos e categorias sociais de homens e mulheres, entendidas como gênero (FREITAS; MORAIS, 2019).

Fontana e Santos (2001), argumentam que a violência contra a mulher encontra respaldo em regras sociais pautadas nas relações de gênero, que estabelecem reforço diferencial entre papéis masculinos e femininos. O reforço diferencial, segundo Moreira e Medeiros (2007), consiste no reforçamento de determinadas respostas que correspondem a algum critério e no não reforçamento de outras respostas parecidas. Ou seja, ainda que homens e mulheres emitam comportamentos parecidos suas consequências serão reforçadas de modo diferente a depender do sexo. É a partir das determinações biológicas que separa homens e mulheres, que se inicia o desenvolvimento e elaboração de práticas culturais complexas ligadas à designação sexual. O gênero então surge como uma determinação para um conjunto de padrões comportamentais que são considerados adequados a cada sexo em uma determinada cultura e momento histórico (SANT'ANA, 2003).

O papel da comunidade verbal acontece de modo pronunciado nesse processo, pois, está presente desde o nascimento, fazendo com que meninas e meninos assimilem os padrões comportamentais determinados socialmente para cada um (SANT'ANA, 2003). É possível depreender que os comportamentos estão sob controle condicional específico, posto que, é muito comum indivíduos apresentarem respostas diferentes em função do sexo do sujeito que emite a ação, a exemplo disso, tem-se o comportamento de “sentar com as pernas abertas”, a qual mulheres geralmente são punidas por emitir esse comportamento, e essa punição não acontece quando o mesmo comportamento é apresentado por um sujeito do sexo masculino, não havendo qualquer tipo de consequência por parte da comunidade verbal (FERRAZ, et al. 2019).

De acordo com Ruiz (2003) citada por Nicolodi e Arantes (2019), fontes de controle das práticas culturais de gênero acontecem de forma sutil, pois, as diferenças nos repertórios comportamentais que são consequência do reforço diferencial entre homens e mulheres são vistas como algo natural, uma vez que, seriam fruto de uma essência inata das mulheres e dos homens. Ruiz (2003) também acredita que:

[...] quando falamos de práticas culturais de gênero, estamos falando de formas de controle social relacionadas às relações de poder e dominação que têm diretamente a ver com o nível de acesso que um indivíduo ou grupo de indivíduos pode ter às fontes de reforço ou alocação de recursos (p. 15).

Silva e Laurenti (2016) estabelecem pontos de aproximação entre as proposições de Skinner (2007) acerca do comportamento humano e as de Beauvoir (1970) a respeito da condição feminina. Para os autores, o ser humano encorajado pelo modelo de seleção pelas consequências introduz uma concepção pluralista de mulher, algo que é compatível com a tese de que não existe uma essência feminina, nesse sentido, o lugar da mulher na sociedade não é definido pelo sexo biológico e sim por práticas culturais. É a partir da rotulação inicial homem/mulher, normas sociais e outras contingências culturais que se dá o processo de modelação dos comportamentos dos sujeitos (FREITAS; MORAIS, 2019). Para Nicolodi e Arantes (2019), o reforçamento diferencial de respostas que acontece entre homens e mulheres devem ser vistos como mantenedores das práticas culturais de gênero, isto é, “[...] os comportamentos que são adquiridos e mantidos de formas distintas a depender dos indivíduos serem mulheres e homens levam a repertórios de respostas, de controle de estímulos e de reforçadores diferentes” (p. 68).

Partindo dessa perspectiva, é possível inferir que a violência sofrida pelas mulheres ao longo do tempo, tem relação com a construção de gênero estabelecida socialmente, isso se deve a assimetria dos papéis de gênero que coloca o homem em uma posição superior à mulher. É a partir dessa dessemelhança que o patriarcado se edifica e justifica a opressão e as formas de dominação masculina.

Isso nem sempre foi dessa forma, de acordo com D’Eaubonne (1977) o patriarcado como forma de dominação e soberania masculina universal tem como base dois grandes momentos de descobertas da humanidade. Antes desse momento, havia um sistema de igualdade entre os sexos, onde a mulher ganhava um destaque pela possibilidade de gerar outros indivíduos, podendo perpetuar a espécie. O primeiro momento que começou a modificar essa disposição foi o conhecimento de que o homem tinha parte no processo de gerar novos indivíduos, o segundo momento se encontra no manejo do solo e na manipulação de ferramentas e técnicas agrícolas. Segundo a autora, no período paleolítico não havia nenhuma distinção de estrutura física entre os dois sexos que os colocava em posição de superioridade sobre o outro, essa sobreposição começou a acontecer devido a divisão de tarefas que conduziu lentamente as dessemelhanças que são encontradas atualmente. Assim, percebe-se que a divisão de tarefas delimitada de forma rígida a partir de critérios sexuais é um evento social e não de ordem natural (D’EAUBONNE, 1977).

Isto é, a evolução do patriarcado está pautada principalmente na descoberta da paternidade por parte dos homens, o que não aconteceu de forma rápida, levando bastante

tempo para se estabelecer como forma de dominação. É no cerne da família que essa estrutura se apoia, buscando garantir ao homem a responsabilidade de tudo (D'EAUBONNE, 1977). Com os avanços da civilização, o patriarcado toma cada vez mais forma, alcançando os moldes atuais que estão para além do âmbito familiar, perpassando toda sociedade.

3.2 A LIBERDADE DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL

As autoras Nicolodi e Arantes (2019), relatam que para fazer uma leitura analítico comportamental sobre o patriarcado e das relações sociais patriarcais é necessário que o conceito controle seja detalhado, pois, para a análise do comportamento a definição de controle é diferente da determinação do senso comum que está ligado a dominação e autoritarismo. Em análise do comportamento, controle se trata da influência que o ambiente exerce sobre o comportamento, em outros termos, as ações são controladas pelo que acontece em seguida, sendo assim, consequências controlam comportamentos. Nas palavras de Sidman (2009) “O controle de conduta pelo ambiente físico ou social é uma característica do mundo, exatamente como o controle de objetos físicos, reações químicas ou processos fisiológicos. Somos feitos assim.” (p.46), ou seja, o controle é intrínseco à existência do indivíduo.

À vista disso, temos nosso comportamento controlado o tempo inteiro por todas as variáveis que nos rodeiam. A exemplo disso, tem-se o comportamento de A que acontece em consequência do comportamento de B, logo o comportamento de B é o que controla o comportamento de A (NICOLODI; ARANTES, 2019). Transpondo isso para as relações de gênero, ainda que ambas as partes detenham controle sobre o comportamento do outro (tanto do homem sobre a mulher, quanto da mulher sobre o homem), é possível dizer que o homem exerce um maior grau de controle.

A divisão social do papel da mulher e do papel do homem determinados pela sociedade coloca a mulher em uma posição inferior em todos os quesitos, seja economicamente, profissionalmente, fisicamente e emocionalmente. Isso porque a modelação do comportamento em direção a esses papéis é determinada desde o nascimento, quando bebês do sexo masculino são incentivados a brincar com objetos que simulem profissões importantes, ou que exijam força e iniciativa, enquanto bebês do sexo feminino são expostas a brincadeiras e aprendizados vinculados ao cuidado, como por exemplo, cuidar do bebê, cozinhar, limpar a casa. Para Freitas e Morais (2019), reforçar padrões comportamentais diferentes em meninas e meninos tem implicações em habilidades e gostos que homens e mulheres costumam desenvolver, ainda que haja exceções. Esse processo se estende durante toda a vida dos sujeitos e produz desigualdades

em diversas áreas da vida como os salários das mulheres serem inferiores aos dos homens; os maiores cargos das empresas ainda são assumidos por homens; o homem é considerado a autoridade suprema dentro de casa, nas igrejas e em muitas outras instituições.

Sendo essa relação desigual, conseqüentemente o acesso a reforçadores e o controle também é. Nessa lógica, quando Baum (2006) fala sobre o grau de controle que um indivíduo exerce sobre o comportamento do outro, e há um desequilíbrio de reforço nessa relação, onde um sujeito obtém mais benefícios do que o outro, pode-se dizer que esse indivíduo também possui mais poder. Para o autor, a obtenção maior dos benefícios e de poder é o que denomina o controlador. Em consonância com esse pensamento, Nicolodi e Arantes (2019) vão além e expõem que:

Deter mais poder na relação não envolve apenas concentrar mais reforçadores positivos em relação ao outro, aquele que detém mais poder é também quem gerencia as relações de reforço vigente, isto é, dispõe as contingências para o comportamento do outro, limitando as possibilidades de escolha e reduzindo a possibilidade de formas alternativas de comportamento. (p.74).

Assim, ao reduzir as possibilidades de escolha de uma pessoa, limita-se também a noção de liberdade, pois, de acordo com Goldiamond (1976, *apud* NICOLODI; ARANTES, 2019) ser mais ou menos livre está ligado ao número de respostas alternativas disponíveis em uma dada contingência social. Então, partindo desse pressuposto, mulheres podem ser consideradas menos livres, uma vez que, as contingências alternativas possíveis que estão a sua disposição não são iguais ou de mesmo valor que as disponíveis para os homens.

As diferenças de poder existentes nas relações desiguais entre homens e mulheres podem ser evidenciadas para além das desigualdades de remuneração e prestígio social, essa dessemelhança está representada principalmente nos dados de violência contra a mulher. No ano de 2018, o FSBP constatou o número alarmante de 1,6 milhão de mulheres que foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, cerca de 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Para Nicolodi e Arantes (2019, p.76), ao passo que “é possível observar uma repetição de padrões de comportamentos sistemáticos contra as mulheres, é possível também perceber que as mulheres estão inseridas em contingências que reduzem suas possibilidades de escolha [...]”.

Ao inferir que mulheres são menos livres que os homens, é fundamental compreender que o conceito de liberdade em análise do comportamento é diferente do conceito comumente utilizado na sociedade, pois, para essa abordagem liberdade está relacionada com a quantidade de respostas disponíveis ao sujeito, como já citado anteriormente. Goldiamond (1965, *apud* FERNANDES; DITTRICH, 2008), acreditava que para obter liberdade seria necessário reduzir

as condições coercitivas, fornecendo assim, um número maior de escolhas e aumentando a possibilidade de formas alternativas de comportamento. Seguindo essa lógica, para explorar a concepção de liberdade na análise do comportamento, é imprescindível entender a definição de coerção.

Sabe-se até aqui que o comportamento produz modificações no ambiente, e que também é afetado por elas. Essas modificações são denominadas de consequências do comportamento, e são elas que vão determinar se o comportamento voltará ou não a ocorrer. Por esse motivo, consequências controlam comportamentos, e para a análise do comportamento isso é um fato da vida (SIDMAN, 2009). As relações controladoras entre comportamento e consequência podem ser de três tipos: reforço positivo, reforço negativo e punição.

Quando o comportamento produz uma consequência que aumenta sua probabilidade de ocorrência futura, essa consequência é denominada de reforço. Os termos positivo e negativo tem relação com a adição ou subtração de um estímulo do ambiente, ou seja, reforço positivo porque há adição de um estímulo no ambiente que fará com que haja um aumento na probabilidade desse comportamento voltar a ocorrer. No reforço negativo, haverá um aumento na probabilidade do comportamento voltar a ocorrer devido a subtração de um estímulo no ambiente. Existem dois tipos de comportamentos operantes que, de acordo com Moreira e Medeiros (2007), são mantidos por contingências de reforço negativo denominados de fuga e esquiva. De acordo com esses autores, essas contingências são importantes para a compreensão do comportamento humano porque:

[...] vários dos nossos comportamentos cotidianos produzem supressão, adiamento ou cancelamento de estímulos aversivos do ambiente, e não a apresentação de estímulos reforçadores. Leis, normas, códigos de ética, todos estabelecem consequências para nosso comportamento que queremos evitar: mentimos, inventamos histórias, apresentamos “desculpas esfarrapadas” para os outros e para nós mesmos para evitar consequências aversivas. (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 66).

Por último, uma consequência punitiva, ao contrário do reforço, fará com que haja uma diminuição na frequência do comportamento emitido (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). Controle exercido por reforço positivo, é chamado de não coercitivo, contudo, quando o comportamento é controlado por reforço negativo ou punição, o controle é compreendido como coercitivo. Nas palavras de Moreira e Medeiros (2007) o controle é coercitivo porque “**o indivíduo se comporta para que algo não aconteça**, ou seja, para subtrair um estímulo do ambiente, ou para fazer com que ele nem mesmo ocorra” (p.64, grifo do autor).

Sidman (2009) em seu trabalho acerca da coerção e as implicações desta na sociedade, relata que o controle coercitivo permeia a vida dos indivíduos. Para alguns autores da análise do comportamento como por exemplo, Baum (2009) e Goldiamond (1965), não é possível definir liberdade sem definir coerção, uma vez que possuir liberdade implica na redução de condições coercitivas. Goldiamond (1965 *apud* FERNANDES; DITTRICH, 2008) ao desenvolver sua teoria sobre liberdade como se tratando de possibilidade de escolha, sugere sua definição seja estabelecida por grau, visto que a depender da quantidade de respostas alternativas disponíveis, o sujeito pode ser menos ou mais livre. Nessa acepção, essa ideia aplica-se também na definição do grau de coerção, onde quanto maior for o grau de liberdade, menor será o grau de coerção e vice-versa.

Ao falar da condição da mulher na sociedade, é possível inferir que seu grau de liberdade é inferior ao grau de liberdade dos homens, o que implica em mais condições coercitivas para esse grupo. Em diversas áreas da sociedade as possibilidades de escolhas alternativas disponíveis aos homens são maiores, pois, como já trabalhado anteriormente, desde o nascimento, os papéis de gênero impostos trazem limitações às ações das mulheres. Contudo, esse trabalho irá se ater apenas às limitações comportamentais relacionadas a presença da violência sexual na sociedade, que por se tratar de um controle coercitivo que diminui as possibilidades de escolha das mulheres em vários aspectos, também interfere no seu grau de liberdade.

Portanto, este trabalho pressupõe que os papéis de gênero impostos socialmente, e reproduzidos pela cultura subjugam a mulher em diversos âmbitos da vida, ao qual a violência sexual se apresenta como uma dessas formas de dominação. Nesse sentido, isso interfere diretamente nas ações e comportamentos desse grupo, fazendo com que mulheres tenham que se adaptar de modo a tentar evitar sofrer violências dessa natureza. Para verificar as suposições aqui inferidas, resolveu-se proceder à realização de uma pesquisa para compreender a relação entre comportamentos modificados pelas mulheres e os possíveis motivos para essa mudança dentro de uma perspectiva analítico comportamental.

4 UMA PESQUISA SOBRE O COMPORTAMENTO DA MULHER

Neste capítulo serão apresentados e discutidos o percurso metodológico utilizado e os principais resultados obtidos tendo por base os princípios teóricos que sustentaram a investigação.

4.1 METODOLOGIA

Com o intuito de responder às questões traçadas por este estudo, para a presente pesquisa optou-se pela utilização de procedimentos ou estratégias de coleta e análise mistos, que de acordo com Creswell (2010) é uma abordagem de investigação que se utiliza do método qualitativo em conjunto com o método quantitativo.

Ressalta-se que considerando o período de afastamento social imposto pela pandemia de COVID-19 todas as etapas da pesquisa foram realizadas de forma virtual e sem contato presencial, tanto para as orientações de estudo quanto para coleta de dados.

A pesquisa teve início a partir do levantamento bibliográfico prévio relacionado com a temática da violência sexual, os descritores utilizados nos bancos de pesquisa *Scielo* e *Pepsic* foram “violência sexual”, “análise do comportamento”, “violência de gênero” e “violência conta a mulher”. Com base nesses descritores, foi feita uma seleção de artigos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações pertinentes ao estudo. A fundamentação teórica foi elaborada com base nos artigos, e livros definidos após o levantamento bibliográfico, levando em conta os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa.

Para a coleta de dados, recorreu-se a uma amostra não probabilística, intencional ou de conveniência, a qual foi constituída de forma aleatória. A partir das respostas obtidas pelas participantes, foram elaboradas análises e relações com a teoria que estruturam este capítulo.

4.1.1 Participantes

Esse estudo se pretendeu exploratório e preparatório para investigações futuras, assim, foi estabelecido o mínimo de 100 respostas como uma amostra adequada para os fins objetivados. Dentro do período estipulado para a coleta dos dados, o questionário (Anexo 2) obteve 187 respostas, que foram então aceitas para o estudo.

Como critérios de inclusão foram considerados: a) ser mulher (cis ou trans)¹, b) ter acima de 18 anos e c) assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 1).

Os critérios de exclusão utilizados foram: a) ser homem, b) ter abaixo de 18 anos e c) não aceitar assinar o TCLE.

Do total de 187 respostas, apenas 12 não atendiam aos critérios de inclusão, sendo desconsideradas para fins desta pesquisa. Assim, a amostra foi composta pelas respostas de 175 participantes.

4.1.2 Procedimentos e instrumentos

Assim que se definiu pela realização de pesquisa envolvendo seres humanos, como orientam as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP), por meio da Plataforma Brasil. Após todo o trâmite exigido e obtida a autorização para a realização da pesquisa, foi dado início ao estudo de campo.

A divulgação da pesquisa para a realização da coleta de dados ocorreu por meio de anúncios em redes sociais digitais, (facebook, instagram, twitter e whatsapp) com os critérios de inclusão. O convite dava acesso ao link que direcionava a participante voluntária a um formulário disponibilizado *online* utilizando a ferramenta *Google forms* (Anexo 2) para a coleta dos dados. O questionário ficou disponível durante uma semana, entre o período de 02 de março ao dia 09 de março de 2021.

Ao acessar o questionário (Anexo 2), a participante voluntária foi esclarecida sobre os objetivos do estudo, sendo assegurado o anonimato, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos, podendo ser utilizados apenas para fins desta pesquisa e em eventos e produções acadêmicas decorrentes. Somente após a obtenção do consentimento da participante por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), seria possibilitada a ida para a próxima etapa da pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos foi utilizado um questionário adaptado da pesquisa: Énois Inteligência Jovem, do Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão (2015) sobre o que as mulheres já deixaram de fazer por medo da violência, que inspirou a elaboração de alguns constructos de análise referentes à comportamentos emitidos ou suprimidos ao longo

¹ O estudo considerou os termos cisgênero e transgênero a partir do artigo “Orientações sobre população transgênero: conceitos e termos”, elaborado por Jaqueline Gomes de Jesus.

de suas vivências por medo de sofrer algum tipo de violência sexual. O questionário ainda conta com perguntas abertas que buscam apreender outros comportamentos que as mulheres julgam ser necessário modificar em decorrência do medo de sofrer algum tipo de abuso ou violência sexual, e ainda, foi perguntado se já sofrem alguma violência sexual.

Composto por duas partes, a parte I do questionário refere-se a caracterização das participantes e dados sociodemográficas (idade, região em que mora, etnia, estado civil, trabalho, renda familiar), formativos (grau de escolaridade) e pessoais (orientação sexual e identidade de gênero), para melhor compreensão das características das participantes da amostra.

Na parte II as participantes foram instruídas a responder “sim” ou “não” para questões acerca de comportamentos que supostamente são modificados em decorrência da presença da violência sexual nos vários espaços da sociedade. Assim, foram feitas 9 questões objetivas que se referem a deixar de sair à noite, usar determinada roupa, não frequentar alguns lugares, optar por não ingerir álcool entre outros comportamentos passíveis de modificação. Também foi questionado se a participante sofreu algum tipo de violência sexual, caso a resposta para essa pergunta fosse sim, ficava a critério da participante responder ou não, qual tipo de abuso foi sofrido. Por último foi solicitado a descrição de algum comportamento que se acredita ter sido modificado por consequência do medo de sofrer algum tipo de violência sexual ou abuso.

Ao final do questionário, foram disponibilizadas algumas informações sobre possíveis locais de denúncia de violência contra a mulher.

4.1.3 Análise de dados

As análises dos dados do material coletado foram realizadas pela pesquisadora e pela orientadora, buscando estabelecer uma relação entre a literatura referenciada e as respostas dadas pelas participantes. A parte I do questionário teve como principal objetivo conhecer o perfil da amostra, esses dados também foram utilizados para fazer relações com a parte II.

Quanto aos dados coletados na parte II, presente no questionário, buscam apontar quais comportamentos sofrem modificações em decorrência da constante ameaça de violência sexual nos espaços sociais, se referenciando na teoria desenvolvida nos capítulos anteriores. Os dados foram tabulados conforme a quantidade de respostas “sim” e “não” obtidas em cada pergunta solicitada as participantes, de modo a fazer um levantamento mais amplo com a finalidade de generalizar os resultados para essa população. Já para as perguntas abertas, a análise se deu de

forma descritiva, com o objetivo de compreender melhor o problema de pesquisa a partir de relatos e vivências mais detalhados do público alvo.

4.2 RESULTADOS

Os dados serão apresentados conforme a ordem das perguntas disponibilizadas no questionário respondido pelas participantes voluntárias.

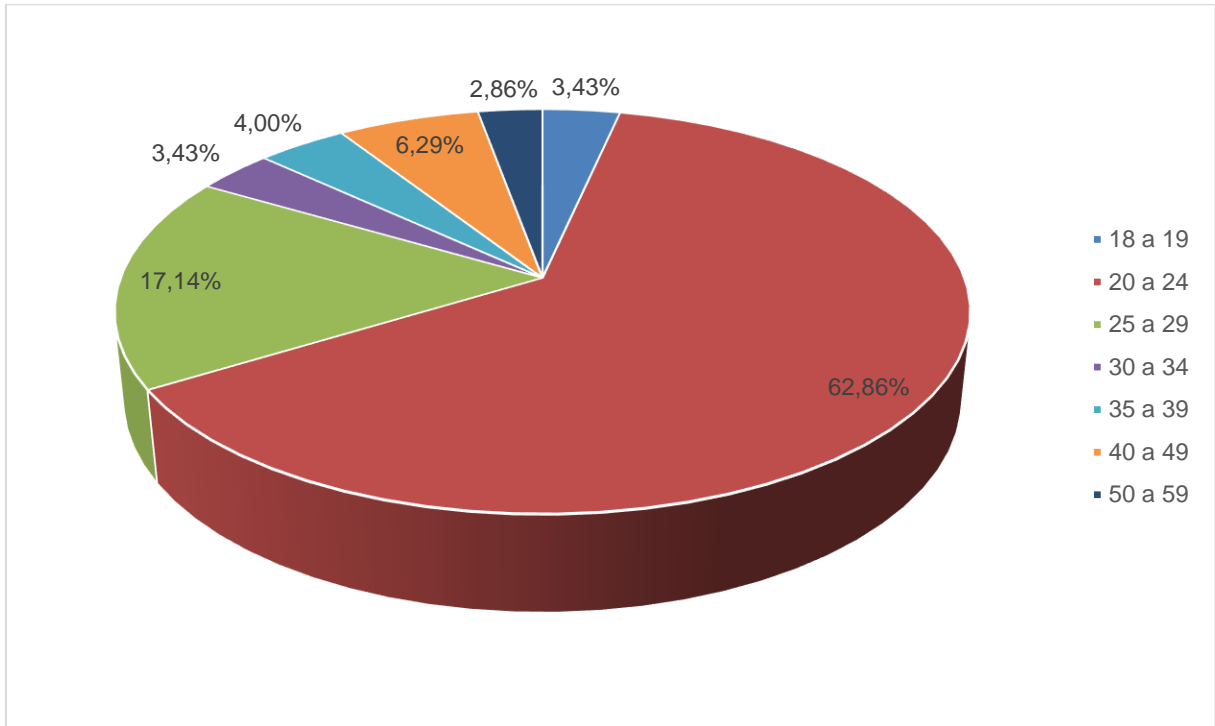
Como dito, a primeira parte do questionário foi voltada para a compreensão do perfil da amostra da pesquisa, logo, começaremos por essa categorização. Os resultados foram compostos pelas respostas válidas de 175 mulheres de várias regiões do país, contudo, a amostra é majoritariamente do estado de Goiás (90,86%), seguido do estado do Paraná (3,43%) e Tocantins (1,14%). Os outros estados presentes na pesquisa contêm apenas uma participante.

TABELA 1: Distribuição de participantes por estados e distrito federal

Estado	Participantes	Porcentagem
Goiás	159	90,86%
Paraná	6	3,43%
Tocantins	2	1,14%
Rio de Janeiro	1	0,57%
Rio Grande do Norte	1	0,57%
Distrito Federal	1	0,57%
São Paulo	1	0,57%
Maranhão	1	0,57%
Rio Grande do Sul	1	0,57%
Bahia	1	0,57%
Mato Grosso do Sul	1	0,57%

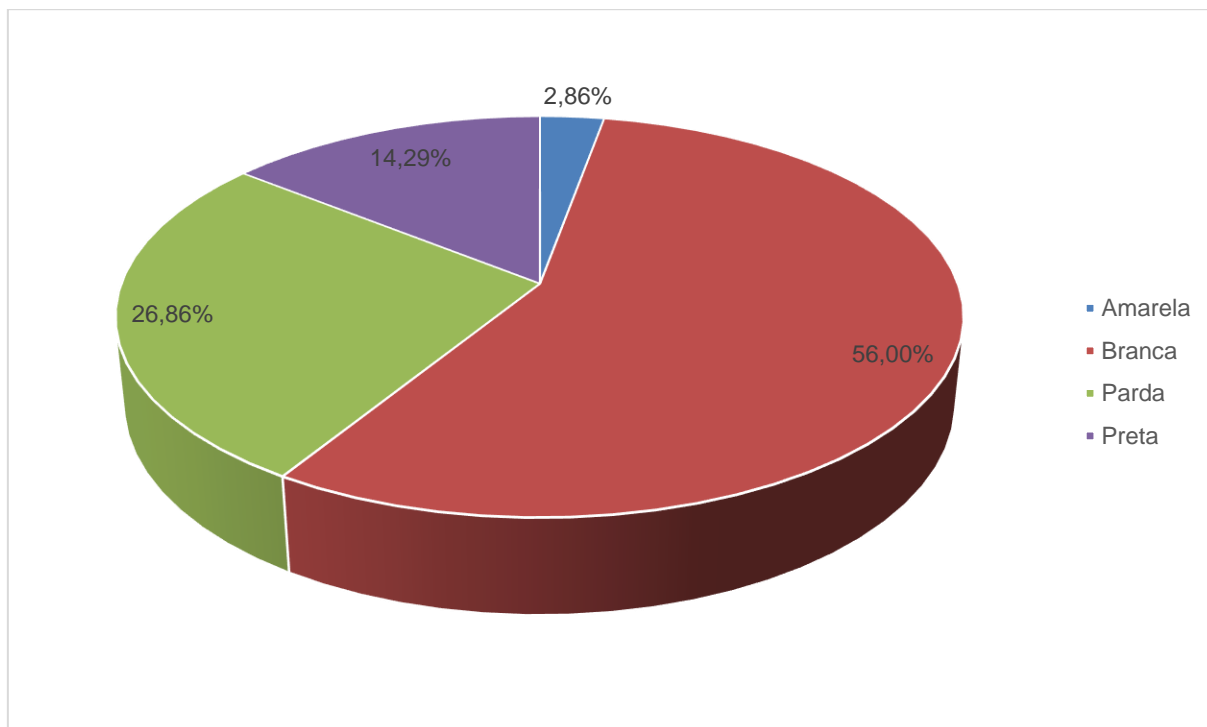
Fonte: A autora (2021)

Sobre a idade das participantes, 110 (62,86%) tinham entre 20 e 24 anos, seguidas por 30 (17,14%) respostas de participantes com idade de 25 a 29 anos, como apresenta o gráfico 1. O menor quantitativo, com apenas 5 participantes se encontravam na faixa etária entre 50 e 59 anos (2,86%).

GRÁFICO 1: Distribuição das participantes por idade

Fonte: A autora (2021)

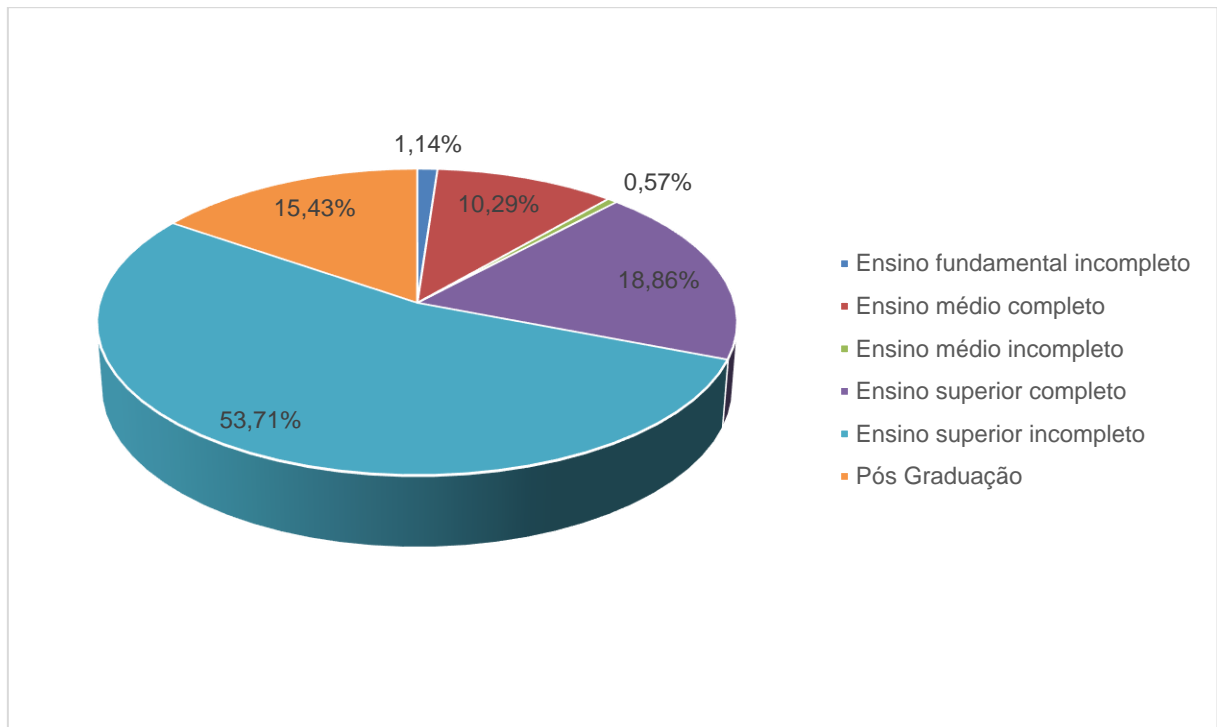
Entre as participantes, a maior parte 98 (56%) se autodeclarou como branca, 47 (26,86%) se consideram pretas, 25 (14,29%) pardas e somente 5 (2,86%) se autodeclararam amarelas, não houve nenhuma participante autodeclarada indígena, como demonstrado pelo gráfico 2.

GRÁFICO 2: Distribuição das participantes por etnia

Fonte: A autora (2021)

Em relação ao estado civil, 146 (83,43%) se declararam como solteiras, 25 (14,29%) apresentaram ser casadas ou estar em uma união estável, 3 (1,71%) participantes relataram ser divorciadas, e somente 1 (0,57%) respondeu estar namorando.

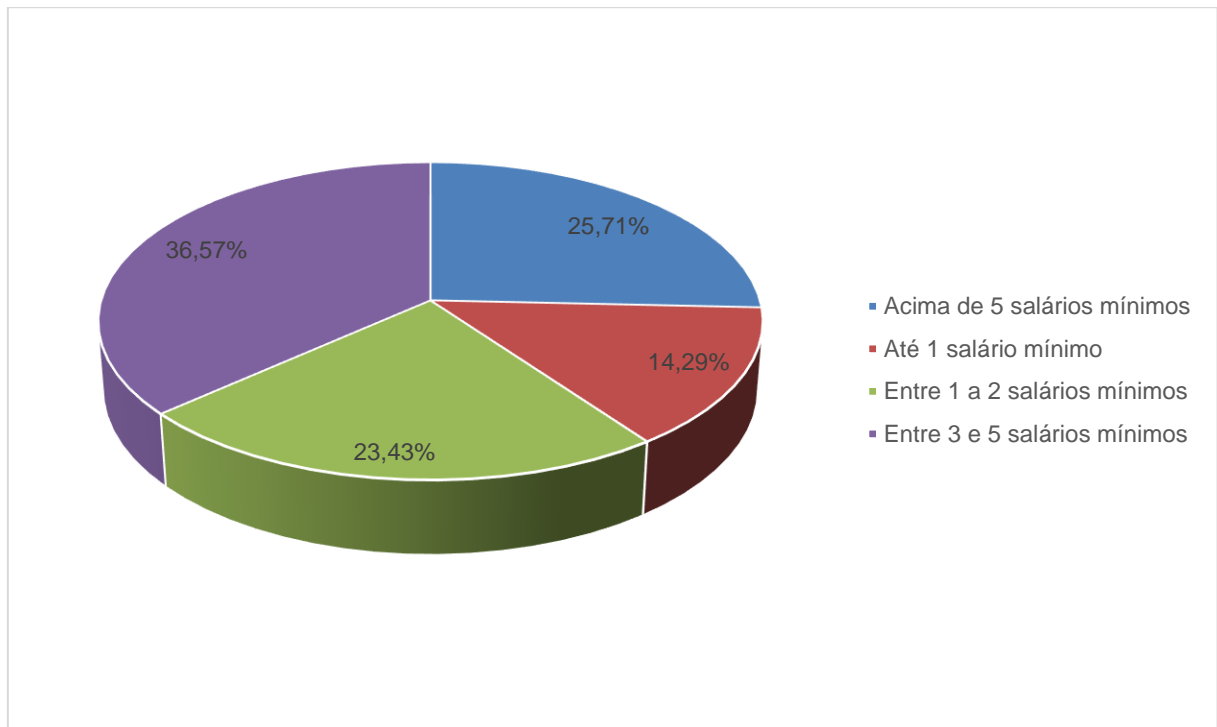
Como apresentado no gráfico 3, a maior parte das participantes 94 (53,71%) possui ensino superior incompleto. O segundo maior quantitativo, apresenta 33 (18,86%) participantes com ensino superior completo.

GRÁFICO 3: Distribuição de participantes por escolaridade

Fonte: A autora (2021)

Entre as participantes, 58 (33,14%) declararam ser assalariada, seguido de 49 (28%) que relataram não ter nenhum vínculo empregatício, e 42 (24%) disseram trabalhar de forma autônoma. As demais participantes relataram ser estudantes ou residentes.

Com relação a renda familiar, o número mais significativo está entre quem informa que tem como rendas os valores entre 3 e 5 salários mínimos, com 64 (36,57%) participantes, seguido de 45 (25,71%) com renda acima de 5 salários mínimos, 41(23,43%) recebem entre 1 e 2 salários e por último, 25(14,29%) recebem até um salário mínimo, como apresentado na figura 5.

GRÁFICO 4: Distribuição de participantes por renda familiar

Fonte: A autora (2021)

Questionadas sobre a orientação sexual, 95 (53,14%) responderam se identificarem como heterossexuais, 51 (28,57%) bissexuais e 24 (13,71%) homossexuais. Algumas participantes não souberam responder a essa questão ou preferiram não responder.

A segunda parte do questionário (Anexo 2) foi direcionada para as perguntas com foco no comportamento da mulher, onde a resposta poderia ser “sim” ou “não” para a mudança de comportamento apresentada em decorrência do medo de sofrer algum tipo de violência de origem sexual. As perguntas “Você já deixou de ir a algum lugar por estar sozinha e temer ser vítima de algum tipo de violência sexual?” e “Você já atravessou a rua por estar sozinha e encontrar homens?” foram as que mais apresentaram respostas positivas, ambas com 164 (93,71%) participantes respondendo “sim”. Já a pergunta com mais respostas negativas foi “Você já deixou de se candidatar a uma vaga de emprego por medo de sofrer algum tipo de violência sexual?”, com 150 (85,71%) respostas “não”, como podemos ver na Tabela 2, a seguir:

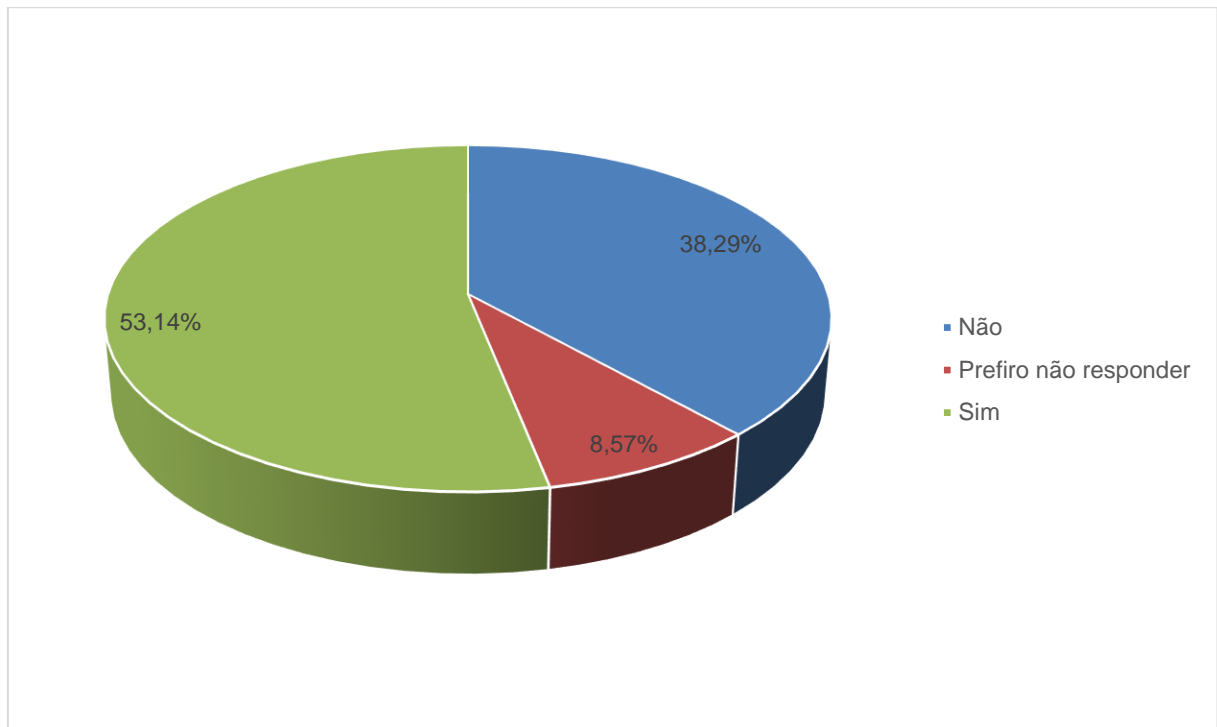
TABELA 2: Número e proporção de respostas a comportamentos emitidos (sim) e suprimidos (não)

	Sim		Não	
	Participantes	(%)	Participantes	(%)
Já deixou de sair à noite	147	84,00%	28	16,00%
Já deixou de usar determinada roupa	140	80,00%	35	20,00%
Já deixou de responder a uma cantada	150	85,71%	25	14,29%
Já deixou de se candidatar a uma vaga de emprego	25	14,29%	150	85,71%
Já teve que mudar de lugar no transporte coletivo	143	81,71%	32	18,29%
Já deixou ir a algum lugar por estar sozinha	164	93,71%	11	6,29%
Já atravessou a rua por estar sozinha e encontrar homens	164	93,71%	11	6,29%
Já deixou de ingerir álcool em algum ambiente ou evento	82	53,14%	93	46,86%

Fonte: A autora (2021)

Para a pergunta “Você já sofreu algum tipo de violência sexual?” do questionário, a participante poderia optar por escrever qual tipo de violência sexual foi vítima. E 93 (53,14 %) participantes responderam que já sofreram algum tipo de violência sexual, 67 (38,29%) responderam nunca ter sofrido e 15 (8,57%) preferiram não responder a essa pergunta.

GRÁFICO 5: Distribuição de respostas para a questão “Você já sofreu algum tipo de violência sexual?”



Fonte: A autora (2021)

As participantes que responderam que já haviam sofrido algum tipo de violência sexual 93 (53,14%) foram solicitadas a escreverem qual ou quais tipos de violências. Dessas, 6 optaram por não responder, ou seja, 87 (49,71%) participantes descreveram quais violências foram sofridas por elas. As respostas obtidas foram agrupadas em 3 categorias, por aproximação de violência: a) Importunação sexual; b) Abuso sexual e c) Estupro.

Na categoria a) Importunação sexual, foram agrupados 47 relatos relacionados a qualquer ato libidinoso sem o consentimento da outra pessoa (como cantadas invasivas, passar a mão em partes íntimas, esfregar órgão sexual na outra pessoa, roubar beijo). Alguns dos relatos das participantes nessa categoria foram:

- a) “*Já passaram a mão em mim sem o meu consentimento*”;
- b) “*No ônibus, alguém pegou no meu bumbum a alguns anos atrás, mas não deu pra ver a pessoa pois já estava descendo bem no terminal aonde todos descem juntos*”;
- c) “*Desconhecidos que mostraram suas partes íntimas enquanto eu andava na rua*”;
- d) “*Toques inapropriados, beijo sem consentimento, assédio na rua, comentários de cunho sexual no trabalho*”;
- e) “*Um ‘amigo da família’ apalpou meus seios e pressionou seu o corpo sobre o meu*”.

A segunda categoria b) Abuso sexual, utilizou-se desse termo para categorizar 19 relatos de atividades sexuais não desejadas cometidas contra as participantes quando ainda eram menores de idade (como tentativa de estupro, carícias indesejadas, sexo oral forçado). Os exemplos de relatos recebidos pelas participantes nessa categoria foram:

- a) *“Quando criança, sofri abuso por parte de um primo”;*
- b) *“Sofri abusos sexuais na infância, praticadas pelo esposo de uma tia minha, ele me persuadia a masturba-lo, frequentemente, isso durou alguns meses”;*
- c) *“O homem, com o dobro da minha idade, sendo que eu ainda era menor de idade, insistiu pra me beijar e eu acabei cedendo por estar muito bêbada. Ele passou a mão em minhas partes íntimas e também insistiu muito pra que a gente fosse pro quarto, mas consegui me impor e saí dali”;*
- d) *“Um primo e um conhecido ficavam me mostrando a genitália e alisando meu corpo quando criança”;*
- e) *“Não houve penetração, mas houve toques no meu corpo sem o meu consentimento por parte do meu primo 10 anos mais velho e eu deveria ter por volta dos 10 anos”.*

A última categoria c) Estupro, foram relatadas 22 situações as quais as participantes descrevem ter sido constrangidas por alguém mediante violência ou grave ameaça para obter vantagens sexuais (como sexo oral, masturbação, toque íntimos, introdução forçada de objetos). Algumas das violências sofridas pelas participantes foram:

- a) *“Me obrigar a masturbá-lo e enfiar a mão na minha roupa dentro de uma van enquanto eu viajava da cidade onde ficava a minha faculdade para a cidade onde eu morava”;*
- b) *“Pressão para fazer sexo oral mesmo tendo negado diversas vezes, depois de ceder quase a força física e parar no meio da situação por não querer fui confrontada”;*
- c) *“Meu ex marido já me violentou”;*
- d) *“Perdi a virgindade sem meu consentimento, já me forçaram a ficar com a mão nos órgãos genitais de um homem e depois ele não me deixava sair e ficava pegando na minha e ficava me puxando para fazer relações sexuais”;*
- e) *“Fizeram sexo anal comigo sem meu consentimento”.*

Para a pergunta “Quais outros comportamentos você já teve que modificar por medo de sofrer algum tipo de violência sexual ou algum tipo de abuso?”, as respostas descritivas também foram categorizadas com o intuito de aproximar comportamentos parecidos para fins de análise. As respostas foram categorizadas em 4 grupos, a) Alterações nas vestimentas e/ou corpo; b) Alterações em horários e usos de ambientes; c) Alterações nas manifestações verbais; e d) Alterações de conduta.

O primeiro agrupamento denominado a) Alterações nas vestimentas e/ou corpo, reúne 8 alterações de comportamento referentes à forma como a mulher se veste ou se expressa corporalmente. Alguns depoimentos que aparecem nesse grupo são:

- a) *“Cortar/prender cabelo, sair com roupas mais masculinas”;*
- b) *“Modo de me comportar com uma vestimenta: posição dos braços, pernas, colocar uma outra roupa por cima para me sentir não-desconfortável”;*
- c) *“Trocar de roupa antes de pegar ônibus (tirar short e colocar calça), não usar short muito curto”;*
- d) *“O jeito de me vestir, de sentar, de dançar”;*
- e) *“Vestir camiseta”.*

A segunda categoria b) Alterações em horários e usos de ambientes, agrupa relatos acerca de ambientes não frequentados e/ou mudanças de horário para frequentar determinados locais. As participantes descrevem:

- a) *“Deixar de pegar uber de madrugada sozinha e optar por dormir na casa de uma amiga pra ir embora só no dia seguinte”;*
- b) *“Tive que mudar de horário na academia, porque o horário que eu ia era muito cheio e, por consequência, cheio de homens”;*
- c) *“Mudar o caminho que eu percorria para chegar à faculdade”;*
- d) *“Me demitir do último emprego”;*
- e) *“Deixar de frequentar vários lugares sozinha por medo de sofrer violência”.*

Para a terceira categoria nomeada c) Alterações nas manifestações verbais, foi definido como critério relatos que apresentam modificações na forma de falar ou se expressar verbalmente, alguns desses são:

- a) *“Ficar quieta com ofensas no trânsito”;*
- b) *“Ser mais grossa com homens para não acharem que estou dando abertura”;*
- c) *“Evito ser simpática ou demonstrar “dar abertura” para homens desconhecidos”;*
- d) *“Deixar de falar algo ou expressar o que penso”;*
- e) *“Em algumas situações busquei ser mais discreta na forma de me expressar”.*

Na quarta e última categoria d) Alterações de conduta, foram selecionados depoimentos sobre mudanças relacionadas a ações emitidas ou suprimidas por medo de sofrer algum tipo de violência sexual. As participantes relatam:

- a) *“Evitar ficar em salas sozinha com homens, não dar informações pessoais para homens que não conheço muito”;*
- b) *“Mudar de banco para sentar atrás de motoristas de Uber. Ao ver que passaria na frente de um homem que estava se preparando para olhar meu corpo, mudo a velocidade para confirmar o ato e passo mais afastada”;*
- c) *“Diminuir uso de álcool, ir embora de festas”;*
- d) *“Sempre me manter perto de amigos em festas para não sofrer assédio, sempre ir ao banheiro acompanhada por amigas, ativar a localização e enviar a amigos quando volto para a casa”;*
- e) *“Me afastei de certos amigos os quais eu tinha medo de que pudessem praticar violência sexual contra mim; deixei de ir em certos lugares que eu sei que outras mulheres sofreram violência sexual; não me encontro com pessoas conhecidas na internet; não vou na casa da pessoa nos primeiros encontros”;*
- f) *“Fingir namorar algum amigo”.*

Entre as 175 respostas obtidas pelas participantes, 72 relataram alterações comportamentais, que foram separadas nas categorias acima para fins de análise.

4.3 DISCUSSÕES

A pesquisa de campo aconteceu durante período de afastamento social e dessa forma, todo contato com as participantes aconteceu de forma virtual, sendo divulgado a partir das redes sociais da pesquisadora.

Desse modo, podemos perceber que a maioria das pessoas atingidas e que se dispuseram a participar vivem no mesmo estado da pesquisadora, são predominantemente mulheres cis, brancas (56%) e pardas (26,86%), que em sua maioria possuem nível superior incompleto (53,71%), com renda familiar acima de 03 salários mínimos e a faixa etária de 20 a 24 anos. Acredita-se que o perfil de participantes se deve ao baixo alcance da pesquisa, ficando concentrada na comunidade acadêmico da pesquisadora, visto que, não há uma variação significativa no perfil das participantes. Isso fica evidenciado principalmente pelo nível de escolaridade, idade e etnia das participantes, o que também pode explicar o baixo número de mulheres negras e indígena presentes no estudo, uma vez que esse perfil de pessoas é reduzido nos espaços acadêmicos (ARTES; ROCOLDI, 2015).

O questionário respondido pelas participantes da pesquisa foi bastante relevante para elucidar as questões teóricas apresentadas no decorrer desse estudo. Como já trabalhado anteriormente, as mulheres sofrem constantemente diversos tipos de violência por parte do homem. Dentre as diversas formas de opressão sofrida pelas mulheres, que são impostas e perpetuadas no sistema patriarcal por meio da cultura, a sexualização e objetificação dos corpos femininos se encontra presente como prática cultural. Essas práticas para além da opressão, também são manifestações de dominação, controle e poder sobre a mulher, que tem como um dos principais vieses a violação do corpo. Aproximadamente 53,14% das participantes responderam ter sim sofrido algum tipo de violência sexual ao longo da vida.

Alguns relatos trazidos pelas participantes na questão 10, ajudam a explicitar as principais ações de violências sexuais que foram sofridas por elas. Com relação as categorias de violência, a categoria a) Importunação sexual é a que mais apresentou relatos, demonstrando que essa prática é cotidiana na vida das mulheres estando presente nos diversos ambientes sociais, até mesmo nos espaços públicos, como pode ser observado nos relatos de assédio no transporte público e também particular, nos locais de trabalho, na rua, em eventos entre outros.

A partir da pesquisa, também é possível inferir que a violência sexual está presente na vida das mulheres desde muito novas, pois, 19 participantes relataram ter sido abusadas sexualmente de alguma forma antes dos 18 anos de idade. Alguns dos relatos trazidos pelas participantes como: “...sofri abuso por parte de um primo”, “Sofri abusos sexuais na infância, praticados pelo esposo de uma tia minha...” e “Um primo e um conhecido ficavam me mostrando a genitália...” demonstram que grande parte desses abusos são cometidos por pessoas conhecidas e até mesmo familiares, revelando que mesmo ambientes como o seio familiar que deveriam ser seguros, se tornam hostis para a mulher. Segundo informações analisadas no 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), crianças do sexo feminino sofrem mais abusos

sexual do que crianças do sexo masculino, o que pode ser justificado pela objetificação da mulher na sociedade.

Assim, pode-se apontar que a ameaça de violência sexual está presente em todos os espaços e fases da vida da mulher. Isso faz com que essas práticas, além de serem naturalizadas devido a sua frequência e constância, também forcem as mulheres a se comportar de acordo com determinadas imposições sociais, buscando evitar serem vítimas de violências dessa natureza.

Os padrões comportamentais, como já apresentado, são modelados pelas consequências (SKINNER, 2007). A partir dos dados obtidos, foi possível identificar uma série de comportamentos que as mulheres frequentemente modificam por medo de sofrer algum tipo de violência de cunho sexual. Em sua grande maioria, as participantes demonstram reconhecer o controle que essa violência exerce em seu modo de vida, apesar de ser uma prática naturalizada no ambiente social. Essa naturalização vem de um processo histórico e cultural que inferioriza a mulher em relação ao homem desde o nascimento, os papéis impostos para as mulheres são reducionistas, uma vez que, limitam as possibilidades de escolha com relação ao modo de agir e se posicionar livremente na sociedade.

Cerca de 38,29% das participantes relataram não ter sofrido nenhum tipo de abuso, e mesmo dentro desse quantitativo, algumas participantes relataram algum tipo de modificação comportamental, ou seja, ainda que não haja consequência que justifique uma mudança de comportamento, a alteração na conduta acontece. Nessa lógica, supõe-se que muitos comportamentos das mulheres frente o fenômeno social da violência sexual, sejam modelados por meio de controle aversivo, onde o indivíduo aprende a emitir respostas para que algo não aconteça.

A principal hipótese levantada por esse estudo, era de que as mulheres modificam constantemente seu comportamento com o objetivo de evitar entrar em contato com algum tipo de violência sexual, pois como já abordado nesse estudo, o número de vítimas desse tipo de violência levantado por outros estudos é bastante elevado.

O fato de mais da metade das participantes responderem “sim” para as questões objetivas “Você já deixou de sair à noite por temer ser vítima de violência sexual?” (84%), “Você já deixou de usar determinada roupa por temer ser vítima de violência sexual?” (80%), “Você já deixou de se candidatar a uma vaga de emprego por temer ser vítima de violência sexual?” (14,29%) e “Você já deixou de ir a algum lugar por estar sozinha por temer ser vítima de violência sexual?” (93,71%), corroboram com a ideia de que as mulheres podem ter desenvolvido um repertório de esquiva, com o intuito de evitar entrar em contato com estímulos

aversivos. Em outras palavras, há indícios de que a mulher mude sim diversos comportamentos procurando evitar ser vítima dessas práticas sexualmente abusivas.

Já para as perguntas “Você já deixou de usar determinada roupa por temer ser vítima de violência sexual?”, “Você já teve que mudar de lugar no transporte coletivo por temer ser vítima de violência sexual?”, “Você já atravessou a rua porque havia homens e você estava sozinha?”, e “Você já deixou de ingerir álcool em algum ambiente ou evento por medo de sofrer algum tipo de assédio ou violência sexual?”, as participantes em sua grande maioria responderam “sim” demonstrando um comportamento compatível com o comportamento fuga diante da presença do estímulo aversivo. A partir dos dados coletados é possível inferir que as mulheres convivem com o medo constante de sofrer algum tipo de violência sexual. De acordo com Moreira e Medeiros (2007), todas as sensações que caracterizam esse medo são estímulos aversivos, visto que sempre que o indivíduo puder, ele irá emitir comportamentos de fuga e esquiva que evitem o contato com esses estímulos.

As participantes também apresentaram mudanças comportamentais diferentes das inseridas no questionário. Na categoria a) Alterações de comportamento relacionados a vestimenta e/ou corpo, alguns relatos como “Cortar/prender cabelo, sair com roupas mais masculinas”, “...não usar short muito curto” e “vestir camiseta”, evidenciam uma relação com a frequente culpabilização da mulher pela violência sexual sofrida. O ideário social é permeado por crenças e mitos que reforçam essa culpabilização, definindo que determinadas roupas e ações tornam essa prática mais propícia a acontecer. Assim, se uma mulher não sofreu nenhum tipo de violência sexual, isso se dá pelo fato de a mulher estar seguindo as regras impostas, de como deve se portar frente a sociedade.

A existência de regras sociais de que determinados locais são ambientes mais propícios para a ocorrência de violência sexual, não representam totalmente a realidade. Isso porque apesar das participantes apresentarem na categoria b) Alterações em horários e usos de ambiente, relatos como “Deixar de pegar uber de madrugada sozinha...”, “Mudar o caminho que eu percorria para chegar à faculdade” e “... mudar de horário na academia...”, observou-se que as várias formas de violência sexual acontecem em praticamente todos os ambientes de convivência social, e em diversos horários, sendo praticamente impossível evitar sofrer algum tipo de violência dessa natureza.

Nas categorias c) e d) que retratam alterações nas manifestações verbais e alterações de conduta, respectivamente, as participantes mostram que se sentem mais vulneráveis quando estão sozinhas, então, para não sofrerem abusos evitam se expressar e buscam, por exemplo, a

presença de grupos ou de outros homens de confiança para se sentirem seguras em ambientes desconhecidos.

O objetivo geral desse trabalho foi compreender à luz da abordagem da Análise do Comportamento se as mulheres modificam seus comportamentos a fim de lidar com a constante ameaça da violência sexual existente na sociedade, que geralmente tolera e valida práticas abusivas e de controle do homem sobre a mulher. Após buscar e apresentar, a partir da abordagem analítico comportamental alguns conceitos como comportamento, regras, liberdade, coerção e cultura que são cruciais para a compreensão do fenômeno da violência sexual, foi possível estabelecer uma relação com essa perspectiva. O estudo possibilitou trazer uma compreensão maior do papel da comunidade na reprodução da cultura e também no reforçamento das práticas abusivas de controle do homem sobre a mulher.

Assim, é possível inferir que mulheres acabam tendo sua liberdade restringida, como consequência da imposição de papéis construído desigualmente para homens e mulheres. Não só a imposição social de como a mulher deve se portar, mas também a presença da violência sexual nos ambientes sociais faz com que haja uma limitação nas suas possibilidades de escolha, já que o constante medo de se tornar uma vítima inviabiliza a tomada de decisões de forma livre e genuína. É possível dizer que as alterações comportamentais que as mulheres optam por fazer, são decorrentes do medo e da frequente ameaça social da violação do corpo.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual, se trata de uma prática cultural em que há uma classe de comportamentos cujo objetivo é a subordinação e objetificação da mulher ao homem, isto é, manter a mulher como objeto de prazer através de forças coercitivas. A partir das contribuições de Baum (2006) tem-se que o homem ao longo das gerações tem repassado e mantido esses comportamentos sexualmente abusivos que colocam a mulher como submissa mesmo com a existência de leis que punem essa conduta, uma vez que a permanência e a frequência dessas práticas estão relacionadas aos reforços sociais.

Os dados obtidos corroboram com a hipótese apresentada, revelando que as mulheres modificam sim seus comportamentos em detrimento da presente ameaça de violência sexual nos espaços sociais. Uma vez que essa prática cultural é mantida, mulheres precisam se adaptar a esse contexto buscando formas de evitar que essa violência chegue a elas. Isso acontece devido a frequente crença de que a mulher tem uma parcela de culpa por sofrer violência sexual,

desse modo, mulheres modelam seus comportamentos conforme o meio, limitando ações seja na forma de falar, se expressar, vestir ou até mesmo andar.

A pesquisa apresenta algumas limitações. Primeiramente, a amostra apesar de ter sido alcançada utilizando-se das divulgações por meio das redes sociais, não se teve uma amostra significativa para além do estado que reside a pesquisadora e a orientadora. A amostra apresenta pertencer majoritariamente a comunidade acadêmica, o que possibilita o acesso a discussões acerca da temática da pesquisa, sendo possível reconhecer e compreender melhor as formas como esse tipo de violência afetam o cotidiano e a vida das mulheres. Para pesquisas futuras, sugere-se que o estudo seja feito com uma amostra mais abrangente para fins de uma análise de dados mais ampla e diversificada.

O presente estudo foi produzido em um contexto de pandemia, o que pode ter dificultado em dados momentos o processo de escrita, desenvolvimento e coleta de dados.

A psicologia é fundamental para compreender os processos que constituem esse fenômeno, bem como buscar minimizar as discrepâncias na desigualdade de gênero que afeta de forma direta a vida dos indivíduos na sociedade, principalmente das mulheres. Acredita-se que essa pesquisa possa servir para auxiliar futuros estudos acerca dessa temática dentro da perspectiva analítica comportamental, uma vez que não existem tantos trabalhos sobre violência sexual estudados através dessa lente. Optou-se pela pesquisa de campo por acreditar que esse tipo de pesquisa seria melhor para ilustrar a hipótese desse trabalhada nesse estudo.

A formação em psicologia não seria possível sem a conscientização das práticas culturais que oprimem as minorias. É esperado que esse trabalho se mostre também como uma forma de resistência as diversas opressões sofridas pelas mulheres diariamente, visto que esse foi o principal motivo da escolha desse tema. Só sendo mulher para entender o quão difícil é tentar ser livre em meio a uma sociedade coercitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858-881, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400858&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2021.
- BAUM, W. M. *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BUENO, S.; PEREIRA, C.; NEME, C. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo-SP. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 20 out. 2020
- CARRARA, K.; STRAPASSON, B. A. Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical? *Acta comport.* Guadalajara, v. 22, n. 1, p. 101-115, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452014000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 de fev. 2021.
- D'EAUBONNE, F. *As mulheres antes do patriarcado*. Lisboa: Editorial Vega, 1977.
- FERNANDES, R. C.; DITTRICH, A. Expanding the behavior-analytic meanings of “freedom”: The contributions of Israel Goldiamond. *Behavior and Social Issues*, v. 27, p. 4-19, 2018.
- FERRAZ, J. et.al. Uma análise de metacontingências e macrocontingências envolvidas em práticas de gênero. *Debates sobre o feminismo e Análise do comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações, 2019. p. 174-194.
- FONTANA, J. Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina). Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Uma-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- FONTANA, M.; SANTOS, S. F. *Dossiê violência contra a mulher*. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos–Regional Pernambuco, 2001.
- FREITAS, J. C. C.; MORAIS, A. O. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamental*, v. 27, n. 1, p.109-126, 2019.
- JESUS, J. G. D. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.
- LEÃO, M. F. F. C.; NETO, M.B.C. Afinal, o que é Seleção por Consequências? *Interação em Psicologia*, v. 20, n. 3, 2017.
- LEONARDI, J. L. Breves considerações sobre a concepção do objeto de estudo da Psicologia para Wundt e para Brentano. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1-

15, abr. 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2021.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NETO, M. B. C. Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em psicologia*, p. 13-18, 2002.

NICOLODI, L.; ARANTES, A.; Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. *In: MIZAEL, T.; PINHEIRO, R. (org.). Debates sobre feminismo e Análise do comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações, 2019. p. 64-83.

OLGA, T. Chega de Fiu Fiu. 2017. Disponível em: <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu>. Acesso em: 22 fev. 2021.

OSORIO, R. G.; FONTOURA, N. Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24437&catid=120&Itemid=2. Acesso em: 21 abril. 2021.

PÚBLICA, A. B. D. S. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 15 out. 2020.

RUIZ, M. R. Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, v. 4, n. 1, p. 12-16, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, violência e patriarcado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANT'ANA, V. L. P. Identidade sexual e identidade de gênero. *In: M. Z. da S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs). Sobre comportamento e cognição: clínica, pesquisa e aplicação*. Santo André, SP: Esetec Editores Associados. 2003, v. 12, p. 154-161.

SCHULTZ, D. P. SCHULTZ, S. E. História da psicologia moderna. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. São Paulo: Editora livro pleno, 2009.

SILVA, R. V.; GREGOLI, R.; RIBEIRO, H. M. Resultado de pesquisa expõe tolerância social à violência contra as mulheres em espaços públicos. *Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SIMONASSI, L. E.; TOURINHO, E. Z.; SILVA, A. V. Comportamento privado: acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 133-142, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000100011&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 03 mar. 2021.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SKINNER, B. F. Seleção por consequência. *Rev. bras. ter. comport. cogn.* São Paulo, v. 9, n. 1, p. 129-137, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2021.

STRAPASSON, A. B.; CARRARA, K. Em que sentido (s) é radical o Behaviorismo Radical?. *Acta comportamentalia*, p. 101-115, 2014.

STRAPASSON, A. B.; CARRARA, K. John B. Watson: behaviorista metodológico?. *Interação em Psicologia*, v. 12, n. 1, 2008.

TODOROV, J. C; HANNA, E. S. Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 26, n. SPE, p. 143-153, 2010.

TOURINHO, E. Z. Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal. *Interação em Psicologia*, v. 11, n. 1, 2007.

WATSON, John B. Clássico traduzido: a psicologia como o behaviorista a vê. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 289-301, 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 11 mar. 2021.

ANEXO 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOLOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada **Práticas culturais e violência sexual contra a mulher: uma perspectiva analítico comportamental**. A pesquisa tem como objetivo compor o trabalho de conclusão de curso em psicologia da discente **Sarah Oliveira Pires**, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Gardênia de Souza Furtado Lemos. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, caso esteja de acordo, clique no link para baixar uma cópia deste termo e assinale 'Li e aceito participar da pesquisa' no formulário da pesquisa. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail saraholiveira@discente.ufg.br ou gardenialemos@ufg.br e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 99180-5443 inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFV) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho, a partir da perspectiva psicológica analítico-comportamental, tem como objetivo geral compreender como mulheres modificam seus comportamentos nos diversos espaços e contextos sociais, considerando a violência sexual. Você será convidada a responder um questionário online e para isso deverá reservar um período de aproximadamente 10 minutos para respondê-lo. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Os riscos de sua participação são mínimos, envolvendo desconforto emocional ao preencher o questionário, além do tempo gasto com seu preenchimento. Os benefícios envolvem um aporte de conhecimento e reflexão acerca do próprio comportamento frente às práticas culturais invasivas e abusivas.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Não serão solicitadas e/ou realizadas entrevistas que contenham gravação de voz ou imagem.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
- Não permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras, em que esses novos estudos deverão, também, ser avaliados pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Para validar sua decisão, marque uma das opções abaixo:

- Permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.
- Não permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Concordo em participar do estudo intitulado **Práticas culturais e violência sexual contra a mulher: uma perspectiva analítico comportamental**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável **Sarah Oliveira Pires, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Gardênia de Souza Furtado Lemos**, acerca da pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

*Ao assinalar a opção “Li e aceito participar da pesquisa”, a seguir, você atesta sua anuência com esta pesquisa, declarando que compreendeu seus objetivos, a forma como ela será realizada e os benefícios envolvidos, conforme descrição aqui efetuada. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

- Li e aceito participar da pesquisa.

Gardênia de Souza Furtado Lemos
(Docente pesquisadora)

Sarah Oliveira Pires
(Discente pesquisadora)

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO

Olá! Você está sendo convidada a participar, como voluntária, a responder um questionário que faz parte de um estudo relacionado a violência sexual, intitulado PRÁTICAS CULTURAIS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL e que tem como objetivo compor o trabalho de conclusão de curso da discente Sarah Oliveira Pires, sob orientação da Profa. Dra. Gardênia de Souza Furtado Lemos.

Para participar da pesquisa é necessário:

- Ser mulher (trans ou cis);
- Ter acima de 18 anos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE: Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, caso esteja de acordo, clique no link para baixar uma cópia deste termo e assinale ‘Li e aceito participar da pesquisa’ no formulário da pesquisa. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail saraholiveira@discente.ufg.br ou gardenialemos@ufg.br e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 99180-5443 inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O foco do estudo tem como objetivo geral compreender como mulheres modificam seus comportamentos nos diversos espaços e contextos sociais, considerando a violência sexual. Você será convidada a responder um questionário online e para isso deverá reservar um período de aproximadamente 10 minutos para respondê-lo. Você tem direito ao ressarcimento das

despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Os riscos de sua participação são mínimos, envolvendo desconforto emocional ao preencher o questionário, além do tempo gasto com seu preenchimento. Os benefícios envolvem um aporte de conhecimento e reflexão acerca do próprio comportamento frente às práticas culturais invasivas e abusivas.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Não serão solicitadas e/ou realizadas entrevistas que contenham gravação de voz ou imagem.

O estudo pode conter questões sensíveis relacionadas a violência sexual, caso não se sinta confortável poderá abandonar a pesquisa a qualquer momento sem que haja nenhum tipo de penalização.

Clique no link para baixar uma cópia do TCLE contendo todos os informes necessários sobre o estudo.

Espaço reservado para o link ao TCLE.

Assinale 'Li e aceito participar da pesquisa' no formulário da pesquisa, sendo obrigatório aceitar os termos para ter acesso ao questionário.

- Li e aceito participar da pesquisa.
- Li e **NÃO** aceito participar da pesquisa.

PARTE 1. Dados Pessoais

Por favor, responda as perguntas abaixo, conforme se identificar melhor

1. Qual a sua idade: _____
2. Qual sua escolaridade?
 - Ensino fundamental incompleto
 - Ensino fundamental completo

- Ensino médio incompleto
 - Ensino médio completo
 - Ensino superior incompleto
 - Ensino superior completo
 - Pós – graduação
3. Onde você mora? Escreva sua cidade e estado: _____
4. Com qual gênero você se identifica?
- Masculino
 - Feminino
 - Mulher Transgênero
 - Mulher Transexual
 - Não sei responder
 - Prefiro não responder
 - Outros _____
5. Qual a sua orientação sexual?
- Heterossexual
 - Bissexual
 - Homossexual
 - Não sei responder
 - Prefiro não responder
 - Outros Qual? _____
6. Você se considera:
- Branca
 - Preta
 - Parda
 - Amarela
 - Indígena
 - Outra: _____
7. Qual seu estado civil?
- Solteira
 - Casada
 - Divorciada

- Viúva
- Outros _____

8. Em relação ao trabalho, qual situação mais se aproxima da sua?

- Assalariada
- Autônoma
- Trabalhadora informal
- Desempregada
- Outros _____

9. Qual a sua renda familiar?

- Até 1 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 3 e 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos

PARTE 2. Vivências de violência

A violência sexual abordada nesse estudo é entendida como qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. Considerando isso, responda se você já passou por algumas das situações abaixo:

1. Você já deixou de sair à noite por temer ser vítima de violência sexual?
 Sim Não
2. Você já deixou de usar determinada roupa por temer ser vítima de violência sexual?
 Sim Não
3. Você já deixou de responder a uma cantada por temer ser vítima de violência sexual?
 Sim Não
4. Você já deixou de se candidatar a uma vaga de emprego por temer ser vítima de violência sexual?
 Sim Não

5. Você já teve que mudar de lugar no transporte coletivo por temer ser vítima de violência sexual?
() Sim () Não
6. Você já deixou de ir a algum lugar por estar sozinha por temer ser vítima de violência sexual?
() Sim () Não
7. Você já atravessou a rua porque havia homens e você estava sozinha?
() Sim () Não
8. Você já deixou de ingerir álcool em algum ambiente ou evento por medo de sofrer algum tipo de assédio ou violência sexual?
() Sim () Não
9. Quais outros comportamentos você já teve que modificar por medo de sofrer algum tipo de violência sexual ou algum tipo de abuso? _____
10. Você já sofreu algum tipo de violência sexual?
() Sim () Não
- *Caso a resposta seja sim, qual? _____

Agradeço a participação na pesquisa, segue abaixo algumas informações sobre locais de denúncia.

- Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
 - Aplicativo Direitos Humanos Brasil -
<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.direitoshumanosbrasil>
- Site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) -
<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.direitoshumanosbrasil>